

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

Centro Acadêmico do Agreste – CAA

Curso de Ciências Econômicas

MAURICIO TEIXEIRA SILVA

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CACHOEIRINHA-PE E DOS
FATORES LIMITANTES PARA EXPANSÃO COMERCIAL DO POLO DO COURO
E DO AÇO**

CARUARU-PE

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

Centro Acadêmico do Agreste – CAA

Curso de Ciências Econômicas

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CACHOEIRINHA-PE E DOS
FATORES LIMITANTES PARA EXPANSÃO COMERCIAL DO POLO DO COURO
E DO AÇO**

Monografia apresentada pelo aluno Mauricio Teixeira Silva como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Economia, sob a orientação do Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa

CARUARU-PE

2017

S586c

Silva, Mauricio Teixeira.

Caracterização socioeconômica de Cachoeirinha-PE e dos fatores limitantes para expansão comercial do Polo do couro e do aço. / Mauricio Teixeira Silva. - 2017. 56f. ; 30 cm.

Orientador: Marcio Miceli Maciel de Sousa.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2017.

Inclui Referências.

1. Desenvolvimento socioeconômico – Cachoeirinha (PE). 2. Couro. 3. Aço I. Sousa, Marcio Miceli Maciel de (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2017-074)



**Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Departamento de Economia**

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DA MONOGRAFIA EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE:**

MAURICIO TEIXEIRA SILVA

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato **Mauricio Teixeira Silva. APROVADO.**

Caruaru-PE, 21 de Fevereiro de 2017.

Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa
Orientador
NG/UFPE/CAA

Prof^a. Dr^a. Cynthia Xavier de Carvalho
NG/UFPE/CAA

Prof. Msc. José Cícero de Castro
NG/UFPE/CAA

Aos meus Pais e a todos que acreditaram nessa conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a todos professores do corpo docente do curso de Economia do Centro Acadêmico do Agreste que fizeram parte dessa formação acadêmica, a todos colegas e amigos do curso de Economia e do Centro Acadêmico do Agreste, ao professor e orientador desse trabalho de conclusão de curso Marcio Miceli Maciel de Sousa.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CACHOEIRINHA-PE E DOS FATORES LIMITANTES PARA EXPANSÃO COMERCIAL DO POLO DO COURO E DO AÇO

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo analisar a condição social e econômica da cidade de Cachoeirinha-PE no período 1995-2015, bem como o desenvolvimento da sua principal atividade econômica, quais sejam a produção e comercialização de produtos provenientes do couro e do aço. Para tanto, utilizaram-se dados referentes a indicadores socioeconômicos de instituições como: o IBGE, PNUD, CONDEPE\FIDEM, MDS e Governo Federal. O trabalho foi elaborado sob a forma de pesquisa exploratória, onde foi realizado um referencial teórico dando origem a uma discussão focada na visão das escolas do pensamento econômico acerca do desenvolvimento. Em seguida, foram apresentados dados referentes a evolução de variáveis atreladas a questão social e econômica do município escolhido. Por fim, foi realizada uma pesquisa de campo junto a 33 lojas que atuam neste segmento, revelando um preocupante quadro de informalidade, como também, a grande dependência à manutenção da prática da vaquejada e a ausência de apoio do Estado, em especial, na oferta de linhas de crédito direcionadas a fomentar o capital de giro dos comerciantes.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioeconômico; Cachoeirinha-PE; Couro e Aço.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the social and economic condition of the city of Cachoeirinha-PE in the period 1995-2015, as well as the development of your main economic activity, namely the production and marketing of products from the leather and steel. To do so, using data on the socioeconomic indicators of institutions such as: IBGE, UNDP, CONDEPE\FIDEM, MDS and the Federal Government. The work was prepared in the form of exploratory research, where we conducted a theoretical reference a discussion focused on the vision of schools of economic thought about development. Then were presented data on the evolution of variables linked to social and economic issue of the city chosen. Finally, a field research along the 33 stores that operate in this segment, revealing a disturbing picture of informality, as well as the great dependence to maintain the practice of vaquejada and the absence of support from the State, in particular in the provision of credit lines targeted to foster the working capital of the merchants.

Keywords: Socio-economic development; Cachoeirinha-PE; Leather and steel.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Objetivos.....	10
1.1.1. Objetivo Geral	10
1.1.2. Objetivos Específicos.....	10
2. UMA DISCUSSÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO À LUZ DAS ESCOLAS DO PENSAMENTO	12
2.1. Escola Clássica	13
2.2. Karl Marx.....	16
2.3. Escola Keynesiana	17
2.4. Escola Schumpeteriana	19
2.5. Escola Cepalina.....	21
3. BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA E A EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS SOCIAIS E ECONÔMICAS DE CACHOEIRINHA- PE	26
3.1. Caracterização Histórica e Geográfica.....	26
3.2. Dados Econômicos	27
3.3. Dados Sociais.....	32
4. A ECONOMIA DO COURO E DO AÇO	39
4.1. Surgimento e Desenvolvimento da Produção Proveniente do Couro e do Aço	40
4.2. Relação Produtiva e Comercial	42
4.3. Uma Eventual Proibição da Vaquejada e Seus Possíveis Impactos Sobre Atividade Econômica Local.....	45
5. RESULTADOS	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
7. REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE	55

1. INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento econômico é um tema bastante discutido entre os diversos economistas integrantes das várias escolas do pensamento econômico. O tema central trabalhado era o caminho a ser percorrido por uma nação para alcançar o enriquecimento, bem como o entendimento de processos e formas para uma economia em subdesenvolvimento superar esta condição desvantajosa.

Para diversos autores, a trajetória econômica de um Estado ou sociedade ao longo da sua formação econômica (formas de produção, tipos de governo, políticas econômicas e educacionais, e questões religiosas e culturais) acabam interferindo na construção de uma sociedade e de sua economia. Neste sentido a observação da evolução de variáveis clássicas ao longo do tempo servem para avaliar se uma determinada região está se desenvolvendo ou não, bem como nos permite comparar a sua situação em relação às demais.

Baseado na perspectiva supracitada buscou-se analisar o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Cachoeirinha-PE, tradicionalmente conhecida por ser uma referência na fabricação de arreios, acessórios e peças em couro e aço, para montaria a cavalo e também para esportes que necessitam o uso do animal, como no caso da vaquejada.

Essa vocação natural faz do município um local bastante conhecido pelos apreciadores das mais diversas raças de cavalo em Pernambuco. Todavia, quando se buscam dados referentes à atividade verifica-se uma escassez de estudos que se debrucem sobre a atividade considerada fundamental para a movimentação da economia local, o que acabou incitando a realização desta monografia.

Considerando-se a existência das esferas da produção e comercialização na atividade do couro e do aço no município selecionado para estudo, optou-se por uma questão de aprofundar o objeto de estudo, promover a análise apenas da questão comercial, ensejando a seguinte indagação. Diante de tantas vantagens apontadas quais são os fatores que limitam o desenvolvimento comercial desta atividade tão tradicional no município de Cachoeirinha-PE?

O primeiro passo para elaboração dessa monografia, se deu mediante a realização de uma referencial teórico tendo sido consultados: artigos contidos em periódicos e anais de congressos, livros, dissertações de mestrados e sites especializados no tema.

Em um segundo momento, foram obtidos de instituições como IBGE, PNUD, CONDEPE-FINDEM, MDS e Governo Federal, dados referentes a: População, Mercado de

Trabalho, PIB, principais Culturas Temporárias, Efetivo de Rebanho Animal, IDH-M, Índice de Gini, Indicadores de Renda, Educação, Saúde e Habitação, como forma de compreender a evolução social e econômica do município.

A compreensão do aspecto comercial que envolve, a principal atividade do município de Cachoeirinha-PE, se deu a partir da realização de entrevista junto a 33 dos 53 pontos comerciais (lojas/selarias) vinculados a essa atividade. Durante a entrevista foram observados aspectos referentes a: origem dos produtos comercializados, perfil dos consumidores, prática consumidora, proibição da vaquejada, influência da feira livre e outros aspectos complementares, que estão contidos no apêndice deste trabalho.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Analisar a condição social e econômica do município de Cachoeirinha-PE no período 1995-2015, bem como o desenvolvimento da sua principal atividade, qual seja, couro e aço.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Apresentar uma discussão sobre a visão de diferentes escolas do pensamento econômico sobre o tema desenvolvimento econômico;
- Analisar a evolução das principais variáveis sociais e econômicas locais;
- Analisar as condições de desenvolvimento da atividade do couro e do aço, suas potencialidades e os principais fatores limitantes para sua expansão.

1.1.3. Composição do Trabalho

A presente monografia encontra-se dividida em cinco capítulos que se encontram estruturados da seguinte forma. No primeiro é apresentado, o problema, a proposta de estudo e a estruturação. O segundo capítulo contempla um referencial teórico sobre o tema desenvolvimento econômico, destacando o pensamento econômico: clássico, marxista, keynesiano, schumpeteriano e cepalino.

O terceiro capítulo apresenta uma breve caracterização histórica e geográfica sobre o município de Cachoeirinha-PE, no qual também são apresentados dados das principais variáveis socioeconômicas. No quarto capítulo se destaca a economia local proveniente das matérias-primas, couro e aço, assim como: seu surgimento e desenvolvimento, e a relação comercial e produtiva e, no quinto e último são apresentados os resultados obtidos através da pesquisa de campo realizada na área comercial.

2. UMA DISCUSSÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO À LUZ DAS ESCOLAS DO PENSAMENTO

O tema desenvolvimento econômico é abordado pelas principais escolas econômicas de forma diferenciada através de pensamentos e visões provenientes de experiências teóricas ou empíricas:

Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente (SOUZA, 2012, p. 5).

Segundo Souza (2012), a segunda corrente de economistas; entende que o termo desenvolvimento econômico está atrelado a noção qualitativa, onde-se engloba melhorias na qualidade de vida em uma região ou estado, proporcionando bem-estar social para aqueles que ali residem, enquanto o termo crescimento econômico está atrelado a noção quantitativa, onde-se engloba aumentos de capacidade produtiva e tecnológica.

Para alguns economistas e estudiosos do tema é importante distinguir desenvolvimento de crescimento pois necessariamente não são conceitos iguais.

O problema está no conceito de desenvolvimento. Muitas vezes, confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento econômico, que não são a mesma coisa. O primeiro, crescimento econômico, é a ampliação quantitativa da produção, ou seja, de bens que atendam às necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento é um conceito mais amplo, que inclusive engloba o de crescimento econômico. Dentro desse conceito, o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a natureza e a qualidade desse crescimento (GREUMAD, 2010, p. 58).

Já outros economistas consideram a relação conceitual entre desenvolvimento e crescimento como sinônimos. O economista Bresser-Pereira enxerga o assunto da seguinte maneira:

Dado o fato de que o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais, existe uma longa tradição que rejeita a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico; eu, entretanto, entenderei as duas expressões como sinônimas. De fato, se definirmos crescimento econômico como simples aumento da renda per capita, os dois termos não se confundem porque há casos em que a produção média por habitante aumenta, mas mesmo no longo prazo não há aumento generalizado dos salários e dos padrões de consumo da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 2).

Ao longo do tempo outras questões referentes à noção do desenvolvimento foram sendo elaboradas por autores e instituições, dando origem a situações como a da criação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, da ONU, na década de 1950, como também a discussão acerca do desenvolvimento sustentável, muito em evidência no final do século XX. Nesta monografia, do ponto de vista das teorias serão exploradas as visões dos economistas integrantes da escola clássica, bem como a contribuição de Marx, Keynes, Schumpeter, da CEPAL e de Celso Furtado.

2.1. Escola Clássica

Os clássicos analisavam crescimento econômico pelo o lado da oferta defendendo a lei de Say de que a oferta cria sua própria demanda. Segundo Lucht Filho (2004), os economistas filiados a essa corrente se baseavam no método idealista-racionalista, ou seja, acreditavam no individualismo. Viam as pessoas sendo guiadas por interesses individuais, onde a soma do bem-estar social de todos os indivíduos é igualmente ao bem-estar social total. As diferenças sociais tenderiam ao equilíbrio.

O economista Adam Smith, através da sua obra *a riqueza das nações*, estabeleceu que o trabalho produtivo é o que gera crescimento econômico. “O elemento essencial do aumento dessa riqueza é o trabalho produtivo. O volume de produto obtido por trabalhador, em um dado período de tempo, depende da intensidade do capital, da tecnologia e da divisão de trabalho, possibilitada pelo o aumento da dimensão dos mercados” (SOUZA, 2012, p. 58).

Neste sentido, o pai da economia, apoiando-se sobre a teoria *valor-trabalho* sintetiza a importância da indústria no desenvolvimento das forças produtivas. “É a indústria que gera economias de escala e rendimentos crescentes, neutralizadores dos rendimentos decrescentes da agricultura, que dependem da fertilidade do solo e das condições climáticas” (SOUZA, 2012, p. 58).

Na obra de Smith o crescimento econômico era visto como desenvolvimento também, desde que acompanhado: a) pela liberdade individual dos agentes; b) pelo aumento produtivo gerado pelas indústrias com divisão de trabalho; c) pelo trabalho produtivo e a ampliação dos mercados. “O crescimento econômico é também em Smith sinônimo de desenvolvimento econômico, e a questão aqui gira em torno do “egoísmo”, do individualismo, e por isso é essencial em Smith a liberdade como um dos valores, ou virtudes mais importantes que assegurem o individualismo” (LUCHT FILHO, 2004, p. 8).

Ainda de acordo com Lucht Filho (2004), o desenvolvimento seria previsível, aconteceria de forma natural, dadas as pré-condições, aumentaria produtividade, divisão do trabalho e assim acompanhado de livre comércio e liberdade das unidades produtoras (liberdade econômica), o desenvolvimento social seria proporcionado pela mão-invisível por meio de interesses e vontades individuais.

O economista David Ricardo enxergava assim como Smith o crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Em sua *teoria da renda da terra* concluiu que o principal obstáculo para alcançar o crescimento econômico estava na incapacidade produtiva da agricultura em produzir alimentos mais baratos para o consumo. Relacionava crescimento populacional com salários e renda da terra, enxergando a situação dos salários de mercado acima dos salários naturais como um incentivo ao aumento da população, necessitando assim, aumentar a oferta de alimentos (RICARDO, 1996).

Nesse caso, tornava-se necessário ocupar as terras mais distantes elevando o custo de produção e consequentemente os salários naturais. Esse movimento reduziria os lucros, tornando o montante de reinvestimentos menos robusto e, consequentemente, conduziria a economia mais rapidamente ao estado estacionário (RICARDO, 1996). “Segundo ele, o grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores; isso elevava os salários nominais e os fundos de salários, necessários para adquirir meios de produção e aumentar o nível do produto (SOUZA, 2012, p. 66).

David Ricardo ao contrário de Adam Smith, defendeu a *lei dos rendimentos decrescentes* em sua função de produção. Onde o volume de produção estaria sujeito a produtividade marginal decrescente pela a relação do crescimento da população com a obrigação de haver uma oferta maior de alimentos.

A função de produção ricardiana apresenta uma diferença fundamental em relação à de Adam Smith, pois incorpora a hipótese de que o volume da produção está sujeito à *produtividade marginal decrescente*. Isso ocorre em virtude da necessidade de aumentar-se a produção de alimentos, pelo crescimento demográfico, o que leva a economia a utilizar terras cada vez menos férteis, estendendo a fronteira agrícola (SOUZA, 2012, p. 66).

Além disso David Ricardo estabeleceu o *princípio das vantagens comparativas*, onde o comércio entre dois países pode ser benéfico, mesmo que exista diferenças na capacidade produtiva entre eles. “Os países deveriam dedicar-se à produção dos bens para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo” (SOUZA, 2012, p. 77). Desta forma geraria

bem-estar e desenvolvimento econômico. “Se todos os países do mundo procederem dessa forma, a produtividade total dos fatores aumentará, assim como o produto global e o bem-estar da população, gerando maior desenvolvimento para todos” (SOUZA, 2012, p. 77).

Para os clássicos no longo prazo o crescimento econômico cessa, a acumulação de capital anula-se em um ponto de máximo chamado de estado estacionário. Onde o salário de subsistência é igual ao salário de mercado, a população para de crescer, a oferta de trabalho diminui e a taxa de lucro torna-se nula inibindo os investimentos. “O estudo dos economistas clássicos indicou que o sistema capitalista direciona-se para um estado de rompimento de sua própria dinâmica, o estado estacionário. Nessa trajetória, observa-se um conflito entre trabalhadores, capitalistas e rentista” (SOUZA, 2012, p. 78).

Para os clássicos o estado estacionário da economia poderia ser adiado através de alguns fatores como: inovação tecnológica, expansão do comércio, exportação de bens de capital, controle da taxa de crescimento populacional, redução do custo do trabalhador e aumentos de produtividade.

As inovações tecnológicas, a expansão do comércio mundial, a exportação de capitais e o controle da natalidade são os principais fatores do adiamento do estado estacionário. A redução do custo de manutenção do trabalhador e o aumento da produtividade evitam a queda da taxa de lucro e possibilitam maior acumulação e crescimento. No modelo clássico de crescimento, a mudança econômica depende do crescimento demográfico, dos rendimentos decrescentes da agricultura e do conflito distributivo entre salários, lucros e rendas. A grande questão do desenvolvimento é conciliar crescimento com distribuição (SOUZA, 2012, p. 79).

Os clássicos defendiam a total liberdade do agente econômico, o Estado não deveria intervir na economia, a participação mínima do Estado proporcionaria condições para o crescimento sem que houvesse, uma maior necessidade de intervenção estatal. “Ao Estado caberia a função de preservar essa harmonia e a estabilidade social assegurando a liberdade individual e o direito de propriedade. Isso seria feito atuando basicamente em áreas sociais básicas, como segurança pública, saúde e educação” (SOUZA, 2012, p. 79).

Em relação às críticas ao pensamento clássico, o economista Thomas Robert Malthus, apesar de ser clássico, com a sua teoria sobre a população chamada de “Princípio da população” que defendia que deveria haver um controle da natalidade populacional, pois o crescimento demográfico crescia de forma mais acelerada do que a oferta de alimentos e a longo prazo provocaria a escassez de alimento, ao contrário da maioria dos clássicos ele baseou sua teoria na demanda efetiva e era crítico a lei de Say de que a oferta criaria de forma natural a sua própria demanda, pelo fato de que a demanda nem sempre consumirá todos os produtos ofertados na

economia, ocasionando superprodução devido as pessoas estarem consumindo abaixo do seu potencial.

2.2. Karl Marx

A visão de Karl Marx sobre o crescimento econômico difere da apresentada pelos clássicos dado que o lucro era fruto da exploração gratuita por isso indevida dos trabalhadores. No tocante ao desenvolvimento econômico o autor entende esse processo passando por uma sucessão de fases, sendo que a sua última seria o socialismo considerado pelo autor alemão como estado ótimo, onde a classe trabalhadora se tornaria detentora (apropriando-se) dos meios de produção (LUCHT FILHO, 2004).

O conflito distributivo na visão marxista se dava entre a classe trabalhadora que era detentora da força de trabalho e explorada através da mais-valia¹ pelos capitalistas detentores dos meios de produção, sendo esta disputa por interesses o motor da história.

Na abordagem clássica, a trajetória temporal do crescimento efetua-se com declínio da taxa de lucro e com conflito distributivo. A visão de Marx é similar. O conflito distributivo realiza-se na órbita do capital e do trabalho, com exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, definidos como os proprietários dos meios de produção. (SOUZA, 2012, p. 81).

O autor da obra intitulada: O Capital, ainda definiu em sua análise baseada na teoria valor-trabalho, a forma pela qual se, realizava o crescimento capitalista. “O processo de crescimento capitalista, na visão de Marx, ocorre com desemprego crescente de trabalhadores e concentração de renda e de riqueza” (SOUZA, 2012, p. 81).

Para Marx, os conflitos de classes na relação de produção geravam desequilíbrios que levaria ao crescimento e a evolução. A solução dos conflitos modificaria as estruturas sociais e econômicas.

Evolução e crescimento são fenômenos de desequilíbrio. O progresso técnico traz desequilíbrios e modificações nas relações de produção. Estas geram conflitos entre os agentes econômicos, que influenciam o desempenho futuro da economia. A solução dos conflitos leva a modificações das estruturas sociais e econômicas, com o surgimento de instituições mais favoráveis ao crescimento (SOUZA, 2012, p. 82).

¹ O conceito de Mais-valia segundo Marx é a parte da força do trabalhador dispendida no processo de produção que não houve remuneração por parte do patrão e que se remete ao lucro do capitalista. Existem dois tipos de mais-valia, absoluta e relativa. A absoluta é obtida com a extensão das horas de trabalho mantendo o salário do trabalhador constante e a relativa é obtida com a redução do valor do trabalho por meios de novas tecnologias.

O crescimento econômico no longo prazo para Marx, estava associado as novas tecnologias que substituíam a mão de obra por máquinas na produção, gerando desemprego na classe trabalhadora e uma maior acumulação de capital para a classe capitalista proporcionada pela redução de custos na produção.

Marx insiste que as novas tecnologias liberam mais mão de obra do que empregam. Se isso ocorrer, como postula sua lei da acumulação capitalista, no longo prazo, ao se atingir o estado estacionário, a acumulação, a produção e a população desempregada alcançariam seu ponto máximo: os capitalistas estariam em uma situação de máximo bem-estar e os trabalhadores na miséria. Poucos trabalhadores permaneceriam empregados para ligar e desligar as máquinas e obter uma produção automatizada (SOUZA, 2012, p. 90).

Concluindo a visão marxista o desenvolvimento econômico se dava de forma cíclica com crises periódicas provocadas pelo modo de produção e com conflitos distributivos entre os capitalistas e trabalhadores. “Portanto, o desenvolvimento econômico só ocorre enquanto há uma luta constante entre as classes, e todos os valores que o capitalismo criou seriam destruídos, não havendo por fim mais conflito” (LUCHT FILHO, 2004, p. 20).

Segundo Marx, o desenvolvimento efetua-se de forma cíclica e com conflito distributivo. O progresso técnico produz períodos de prosperidade, enquanto as contradições internas do modo de produção provocam crises periódicas cada vez mais prolongadas, exacerbando os conflitos sociais. Enquanto para os clássicos o problema da distribuição se centra entre os capitalistas-arrendatários e os proprietários de terras, para Marx o conflito distributivo ocorre entre os capitalistas e os trabalhadores, detentores da força de trabalho (SOUZA, 2012, p. 97).

2.3. Escola Keynesiana

Os Keynesianos abordavam a questão do crescimento econômico pelo lado da demanda, eram contrários aos clássicos e a lei de Say. O principal expoente dessa escola, Keynes, em sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936) ressaltou o princípio da demanda efetiva e a necessidade do Estado intervir na economia por colocar em xeque a presença da mão invisível (SOUZA, 2012).

Keynes era contrário à flexibilidade de salários defendida pelos clássicos, onde todos poderiam encontrar emprego e a economia estaria em um estado de pleno emprego, defendendo a existência de rigidez salarial acompanhada de desemprego voluntário e involuntário resultando em equilíbrio com desemprego.

Para Keynes, portanto, além do desemprego natural (pessoas trocando de emprego e momentaneamente desempregadas), há o desemprego voluntário (os trabalhadores não aceitam os salários vigentes) e o involuntário (não conseguem emprego aos salários de mercado). A existência de desemprego involuntário é uma indicação da rigidez de salários e preços e, portanto, de equilíbrio com desemprego (SOUZA, 2012, p. 109-110).

Keynes abordou o papel das expectativas que influenciam o investimento empresarial na economia no curto e longo prazo, afetando o nível de emprego e posteriormente o crescimento.

No curto prazo, as expectativas acumuladas afetam o nível de emprego corrente e influenciam o grau de capacidade ociosa. No longo Prazo, elas produzem variações maiores no nível do emprego, via aumento da capacidade produtiva. Se elas forem favoráveis, predominando o otimismo, novas fábricas serão construídas e o nível de emprego crescerá, aumentando a arrecadação pública e diminuindo, em princípio, a pobreza (SOUZA, 2012, p. 113).

Ao contrário dos clássicos que priorizavam a poupança como motor para o crescimento, Keynes priorizou o investimento, abordando o efeito multiplicador, a taxa de juros e a preferência pela liquidez.

Contudo, a diferença básica em relação aos clássicos fica patente no fato de eles considerarem a poupança como motor do crescimento, enquanto Keynes coloca a ênfase no investimento, mediante seu efeito multiplicador. A taxa de juro aparece como um elemento determinante do investimento, sendo influenciada pela demanda e oferta de moeda e pela preferência pela liquidez (SOUZA, 2012, p. 114).

Keynes defendeu a intervenção governamental, que influenciaria as expectativas dos agentes na economia, em épocas de crise o Estado deveria intervir por meio de instrumentos de política fiscal, monetária e cambial.

Em períodos de depressão principalmente, o governo pode influenciar diretamente o nível do emprego, por meio da política fiscal (gastos públicos, tributação, empréstimos etc.), da política monetária (emissão ou controle da moeda, fixação da taxa de juros etc.), da política cambial etc. Através dessas políticas, o governo age sobre as expectativas, influenciando o nível do investimento. Assim, cabe a ele regular a economia, para suavizar as flutuações econômicas, e realizar investimentos para evitar a estagnação no longo prazo, em face da tendência declinante da EMgk (SOUZA, 2012, p. 114).

Uma experiência prática registrada na historiografia econômica que foi responsável por tirar a economia estadunidense da lama, assim como outras importantes economias mundiais durante a principal crise vivenciada pelo capitalismo (1929) mostrou a importância do Estado na economia mediante utilização de política fiscal e monetária expansionista sempre que fosse

necessário reverter uma trajetória indesejada sinalizada pelo sistema econômico. Os remédios prescritos por Keynes e os seus satisfatórios resultados acabaram empoderando essa escola do pensamento econômico durante boa parte do século XX.

2.4. Escola Schumpeteriana

Schumpeter desenvolveu sua análise sobre crescimento econômico observando a oferta assim como os clássicos, mas priorizou a inovação tecnológica em seus estudos e durante a elaboração de sua teoria de ciclos econômicos, enxergando a economia como um fluxo circular de equilíbrio e que para haver o rompimento desse fluxo era necessário, uma nova combinação de fatores (inovação), ocasionando um desequilíbrio em meio ao fluxo e provocando um novo fluxo circular. “O desenvolvimento econômico é de outra natureza. Ele se define como uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1987, p. 173 apud SOUZA, 2012, p. 128).

Segundo os autores (COSTA, 2006; LUCHT FILHO, 2004), Schumpeter estabeleceu seu mecanismo de trabalho em relação ao fluxo circular da renda com base em uma economia com garantia de propriedade privada, com divisão de trabalho e com livre comércio.

Esses três princípios citados acima para a formação do fluxo circular proporcionam ao grupo de empresários e capitalistas (inovadores) uma base que os garantem poder colocar seus investimentos (capitais) em novos projetos e ideias que com o auxílio de outras instituições viabilizavam o surgimento de inovações (novos processos produtivos ou produtos) que levam a economia para um novo ciclo virtuoso.

Conforme LUCH FILHO (2004), o modelo de crescimento de Schumpeter não seria propício para realizar análises de países subdesenvolvidos diante das características inerentes a essas economias.

Em economias desenvolvidas, a participação do crédito (financiamento) no processo de rompimento do fluxo circular é essencial para que estimule o agente inovador a gerar novos projetos que possibilitem o rompimento e provoque desenvolvimento econômico em meio a flutuações econômicas, estimulando a geração de empregos e a ampliação da produção.

Tendo obtido financiamento para as novas combinações, resta analisar os efeitos que elas produzem no fluxo circular. Ao romper com o estabelecido, as inovações causam desequilíbrios, gerando ondas de desenvolvimento econômico mediante prosperidades e depressões – aumento e queda na produção e no emprego – além de

todas as outras repercussões provocadas no ambiente sociocultural (COSTA, 2006, p. 8).

Conforme Costa (2006), a introdução de uma inovação (produto ou processo novo) no mercado gera lucros extraordinários que acabam motivando imitadores a pegar carona na inovação recentemente ingerida em busca das oportunidades geradas por sua isenção ao mercado e assim ampliando o processo a outros setores (atividades) secundários.

No processo de novas combinações de Schumpeter, que fazem surgir a inovação, estão relacionados ao processo o empresário inovador, bancos de empréstimos que concedem crédito para os empresários investirem em centros de pesquisa (universidades; cientistas) em busca de inovações para a produção e assim gerar novos lucros, e os capitalistas que são proprietários dos meios de produção. “Em primeiro lugar, está implícita a presença de um comandante, um agente capaz de realizar com eficiência as novas combinações. Esse agente, o empresário reúne cientistas, técnicos e capitais para obter novas combinações” (SOUZA, 2012, p.129). “Outro agente fundamental do desenvolvimento, o banqueiro, é o intermediário entre o empresário e os proprietários dos meios de produção, isto é, os capitalistas. Ele amplia os meios de pagamentos, ao criar crédito, tornando-se o elemento-chave do desenvolvimento econômico” (SOUZA, 2012, p.130).

O desenvolvimento schumpeteriano não acontece em apenas um momento do tempo de forma única, ele varia em sua trajetória ocorrida no ciclo econômico. Há momentos em que a inovação está ascendente e haverá momentos em que não há inovação criadora e a inovação passada começa a ficar ultrapassada gerando um declínio no crescimento até o aparecimento de uma outra inovação ascendendo o mercado novamente. “O desenvolvimento schumpeteriano desenrola-se progressivamente, porque as inovações não se distribuem uniformemente no tempo; elas se manifestam mais intensamente em alguns períodos” (SOUZA, 2012, p. 136).

A recessão acontece quando a taxa de crescimento da economia cessa e o produto inovador chega a um ponto de máximo (boom econômico) e a partir de então a taxa declina atingindo a recessão (crise).

A taxa de crescimento da produção dos bens antes lançados no mercado como novidade atinge o máximo e depois declina. Ocorrem perdas e a recessão persiste com a deflação de crédito. A economia entra em um período de recessão e a retomada do crescimento somente ocorrerá com novas ondas de inovações e novos grupos de empresários (SOUZA, 2012, p. 137).

O processo de inovação de Schumpeter, também pode ser chamado de destruição criadora, onde o processo de produção antigo deve ser atualizado para o novo processo, que acabará por auto destruir o antigo, e as empresas deverão se adaptarem caso não queiram ficar para trás perdendo mercado e podendo deixarem de existir.

2.5. Escola Cepalina

A CEPAL defende o desenvolvimento através de substituição de importação, onde através da substituição, busca-se desenvolver a indústria interna e posteriormente se tornar menos dependente de economias externas e ter uma independência maior na economia global. A Comissão Econômica para a América Latina² foi criada para o estudo do subdesenvolvimento dos países latino americanos com o intuito de encontrar as causas e superá-las a fim de desenvolver as economias periféricas tornando as menos dependentes das economias centrais.

A substituição de importações apresenta-se como uma das alternativas para promover maior crescimento e aquisição tecnológica. Atingindo maior base industrial e diversificação, a própria economia produz posteriormente especialização e vantagens comparativas, proporcionando aumento a produtividade (SOUZA, 2012, p.154).

Para os defensores da política de substituição de importação, a vantagem desta medida estaria na aprendizagem tecnológica em processos de produção que obtiveram sucesso em outros países. A substituição de importações se dá pela busca do desenvolvimento industrial do setor interno buscando ampliar o mercado interno reduzindo a participação do mercado externo através da limitação e redução das importações.

A grande vantagem da substituição de importações é poder adotar processos de produção que já deram certo em outros países, possibilitando a aprendizagem e a geração de técnicas endógenas, ao mesmo tempo em que a economia passa a produzir para um mercado já existente. A substituição de importações tem como primeiro objetivo equilibrar o balanço de pagamentos. Reduzem-se importações por meio de quotas, licenciamentos, elevação de tarifas e proibições, assim como através da política cambial (SOUZA, 2012, p. 154).

O modelo de substituição de importações recebeu muitas críticas pelo fato do protecionismo econômico gerado pela condução dessa política econômica restritiva responsável por gerar efeitos negativos sobre a economia interna, pois ao se limitar a importação de produtos

² A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) foi criada pelas Nações Unidas em 1948, sendo sua sede, fixada na Capital do Chile. Cabia a esta Comissão, estudar o subdesenvolvimento latino-americano, procurando explicar suas causas, como também suas possibilidades de superação (PEREIRA, 2005, p. 1).

e matérias-primas e de máquinas (insumos) tornar-se os preços mais elevados no mercado interno.

A crítica comumente feita ao modelo de substituição de importações refere-se ao fato de que a proteção à indústria nacional gera ineficiências no sistema econômico, ao se viabilizar projetos com altos custos médios e baixas taxas de retorno. Tanto os preços dos insumos industriais nacionais como os dos insumos importados se elevam, aumentando os custos médios, o que dificulta o desenvolvimento das firmas interligadas tecnologicamente ao longo da cadeia produtiva (SOUZA, 2012, p.156).

Dois economistas se destacaram na CEPAL, sendo eles Raul Prebisch e Hans Singer, os quais eram contra a tese das vantagens comparativas de David Ricardo pela existência de uma deterioração dos meios de trocas entre países que possuíam força de oferta em produtos manufaturados (economia centrais) e países que possuíam uma menor industrialização e eram fortes na oferta de produtos agrícolas e em matéria-prima (economias periféricas).

Uma diferença entre os dois, era de que Prebisch defendia a substituição de importações para formação industrial e Singer também defendia a política de substituição, mas achava importante em alguns momentos de preço favoráveis, o comércio internacional no desenvolvimento industrial dos países periféricos. “Segundo Prebisch, a industrialização seria efetuada mediante substituição de importações, pela existência de mercados constituídos para produtos específicos, até então importados dos países ricos” (SOUZA, 2012, p.158).

No entanto, segundo Singer, o comércio internacional não deixa de ser importante para os países em desenvolvimento. Em períodos de preços favoráveis para os produtos primários, aumenta a capacidade de importar máquinas e equipamentos industriais. Nessa oportunidade, esses países precisariam investir os lucros do comércio na infraestrutura e na indústria (SOUZA, 2012, p.163).

Raul Prebisch baseou seus estudos sobre o subdesenvolvimento da América Latina em uma estrutura de análise enxergando um ciclo econômico detentor das relações econômicas “Centro-Periferia”. Onde nesse sistema de relações o EUA e a economia central estariam de um lado e os países da América latina ocupariam junto a outras economias menos favorecidas a periferia. “O sistema centro-periferia seria a base teórica dos raciocínios de Prebisch sobre os problemas do desenvolvimento. Sobre esta base, buscaria os meios pelos quais poderia atingir os seus objetivos” (COUTO, 2007, p. 61).

Foi através do ciclo econômico que Prebisch deslumbrou o sistema de relações internacionais denominado centro-periferia, designando os Estados Unidos como principal “centro cíclico” e os países latino-americanos como “periferia” do sistema

econômico mundial. Ou seja, o movimento cíclico da economia foi a origem deste sistema centro-periferia (COUTO, 2007, p. 61).

Dentro da CEPAL destacou se também o economista brasileiro Celso Furtado, grande expoente do pensamento desenvolvimentista brasileiro.

Em suma, Furtado considerava fundamental a participação do Estado na economia: (a) atuando diretamente no setor produtivo, por meio de empresas estatais; (b) planejando a distribuição regional e setorial dos investimentos; (c) subordinando a política monetária ao desenvolvimento; (d) promovendo uma distribuição de renda mais equitativa para dinamizar o setor de mercado interno; e (e) controlando o afluxo de capital estrangeiro, para que a dependência financeira excessiva não retire do país sua autonomia na gestão de problemas econômicos fundamentais (SOUZA, 2012, p. 172).

De acordo com Pereira (2005), na concepção de Celso Furtado só há concretização de um desenvolvimento autodeterminado e autossustentado, se for somente realizado com participação estatal (Estado). Pois o Estado é o instrumento propulsor para se alcançar o desenvolvimento, em vez em que ele é o único que pode identificar e localizar as necessidades sociais, além de ser decisivo na alocação dos recursos e nos investimentos em setores estratégicos da economia.

Celso Furtado defendia a industrialização como instrumento para superar o subdesenvolvimento para ele a industrialização só seria capaz de realizar desenvolvimento se caso fosse estimulado pelo o mercado interno e em sua condução deveria ser feita por critérios sociais.

Para Celso Furtado, a industrialização é a via principal, para superar o subdesenvolvimento. No entanto a industrialização somente produz desenvolvimento, quando ela é fomentada pelo mercado interno e é conduzida por um critério social. Um projeto de desenvolvimento que se assenta em tais bases, promove, além de crescimento econômico, bem-estar social, liberdade, cidadania e integração nacional (PEREIRA, 2005, p. 4-5).

Este economista brasileiro foi autor de várias obras relacionadas ao tema desenvolvimento econômico, entre elas uma bastante famosa e porque não considera-la polêmica já que este trabalho discutir as teorias que tentam buscar os caminhos para o desenvolvimento econômico. A obra que eu destaco se chama “o mito do desenvolvimento econômico”. Nela o autor destaca que seria impossível que as nações dos países periféricos conseguissem se tornar desenvolvidas. “Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito” (FURTADO, 1974, p. 89).

Entendo que Furtado ao expressar sua obra com o nome “o mito do desenvolvimento econômico” ele não está definindo que os países periféricos sejam incapazes de superarem o subdesenvolvimento, a discussão do texto é que pelo o fato das economias periféricas serem bastante dependentes e diante das dificuldades e barreiras impostas a serem superadas é praticamente impossível que um país de economia periférica se torne igualmente desenvolvido com estruturas impecáveis e patamares sociais invejáveis como se encontra nos grandes centros econômicos do capitalismo. Furtado destaca a realidade entre a relação econômica mundial no ciclo econômico, entre os grandes centros econômicos capitalistas e os países periféricos que estão extremamente em desvantagem sendo praticamente um mito o desenvolvimento.

Após a apresentação das principais escolas destacando o pensamento dos economistas que ao meu ver possuem um maior destaque em relação ao tema em discussão e que possibilitam uma compreensão maior, ao qual, pode ser visto, desenvolvimento econômico por diferentes fundamentações e pensamentos teóricos, encerro a discussão com o quadro abaixo que destaca as diferenças entre as escolas e economistas.

Quadro 2.1: Diferenças de Pensamentos Entre as Escolas Econômicas e Economistas em Relação a Desenvolvimento Econômico.

Escola	Fundamentação	Economista	Teoria de Crescimento	Processo de Desenvolvimento
Clássica	Oferta (lei de Say = oferta cria sua própria demanda)	Adam Smith	Riqueza das nações	Trabalho produtivo - indústria geradora de economias de escalas com rendimentos crescentes.
		David Ricardo	Teoria da renda da terra e vantagens comparativas	Agricultura incapaz de produzir alimentos baratos. Rendimentos decrescentes. Comércio benéfico entre dois países.
Marxista	Exploração do Sistema Capitalista	Karl Marx	Exploração do capital	Conflito distributivo entre as classes (Capitalista X Trabalhador).
Keynesiana	Demanda Efetiva (Lei de Say não funciona)	Keynes	Teoria Geral (princípio da demanda efetiva)	Equilíbrio com desemprego. O papel das expectativas no investimento.

Schumpeteriana	Inovação	Schumpeter	Ciclos econômicos (inovação)	Novas combinações que geram inovações e resultam em crescimento.
CEPAL	Substituição de importações	Prebisch	Deterioração dos termos de troca (Países periféricos X Países centrais)	Os preços agrícolas tendem a se deteriorar em relação aos preços industriais.
		Singer		o comércio de importações não deixa de ser importante para o desenvolvimento em momentos de preços favoráveis.
		Celso Furtado	Desenvolvimento setor público	O papel do Estado na industrialização.

Fonte: Elaboração própria, 2017.

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA E A EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS SOCIAIS E ECONÔMICAS DE CACHOEIRINHA-PE

Neste capítulo foi abordado a evolução das principais variáveis socioeconômicas da cidade de Cachoeirinha-PE avaliando dados relacionados a economia do município e o lado social, como também uma breve caracterização das questões históricas e geográficas que contribuíram para a formação do município.

3.1. Caracterização Histórica e Geográfica

O município de Cachoeirinha-PE, localizado sobre a microrregião do Vale do Ipojuca no Agreste pernambucano possui uma área de 179,262 km², estando a uma distância da capital de 169,1 Km, com uma população estimada em 20.082 habitantes em 2016 (Fonte: IBGE-Cidades). Surgiu³ logo após a destruição da República dos Palmares, por meio do desenvolvimento de uma fazenda⁴ chamada Cachoeirinha pertencente à sesmaria dos Vieira de Melo. Em 1751, a fazenda foi vendida a dona Maria da Conceição Bezerra, localizada sobre o município de São Bento do Una-PE.

Sendo assim, Cachoeirinha tornou-se distrito em 1863, desde então, só em 1958 foi desmembrado sendo criado o município de Cachoeirinha e passou a ser instalado administrativamente em 1962. Conhecida culturalmente por ser “a terra dos arreios em couro e aço” possui uma economia centralizada no artesanato de matérias-primas aço e couro (VIANA, 2000).

Possui uma feira livre de alto reconhecimento econômico para a região onde são comercializadas peças de artesanato (couro e aço), produtos alimentícios derivados do leite da pecuária familiar (queijo de coalho e de manteiga, manteigas artesanais e carne de sol) além de possuir uma das maiores feiras de animais de criação pecuarista do Estado (VIANA, 2000).

³ A origem do nome da cidade foi pelo o fato da existência de uma pequena cachoeira as margens do Rio Una de proximidade da cidade (VIANA, 2000).

⁴ Cachoeirinha surgiu por meio do desenvolvimento de uma fazenda pertencente à Sesmaria dos Vieira de Melo, que na época era localizada sobre o município de São Bento do Una-PE. Onde “em 29 de abril de 1751, essa fazenda passou a pertencer à senhora Maria da Conceição Bezerra, viúva do sargento-mor Antonio Fagundes Bezerra, grande amigo do capitão Antonio Vieira de Melo. Em 1863, o Pe. Manuel da Costa Honorato, registrou Cachoeirinha como um povoado situado na freguesia de São Bento do Una. No dia 12 de maio de 1874, foi criado o distrito de Cachoeirinha e somente em 22 de novembro de 1892, ocorreu a divisão do mesmo em dois distritos assim divididos: 1º Sede (Vila) e 2º Povoado de Cachoeirinha. Pela Lei Estadual nº 3.309, promulgada aos 17 de dezembro de 1958, o então distrito foi elevado à categoria de município, como território desmembrado de São Bento do Una, cuja instalação verificou-se no dia 1º de março de 1962” (VIANA, 2008, P.35).

3.2. Dados Econômicos

Os dados apresentados a seguir estão relacionados a representatividade do lado econômico do município de Cachoeirinha-PE. Através do levantamento e sistematização dessas informações pode-se traçar de maneira representativa, um perfil econômico desta região. Nesse estudo são observadas variáveis referentes a: evolução populacional, alteração demográfica, PIB, as conformações do mercado de trabalho (ocupação) e análise da área agropecuária (culturas temporárias e efetivo de rebanho animal).

Tabela 3.1: Evolução Populacional em Cachoeirinha-PE.

Evolução Populacional		
Ano	Cachoeirinha	Percentual de aumento (%)
1991	15.852	-
2000	17.042	7,51%
2007	17.421	2,22%
2010	18.819	8,02%
2016	20.082	6,71%

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010, Contagem Populacional 2007, Estimativa Populacional 2016.

A tabela 3.1 acima, apresenta a evolução da população em Cachoeirinha-PE, que passou de 15.852 pessoas, durante o Censo de 1991, e em 2010 chegou a 18.819 pessoas durante o último censo realizado pelo IBGE. A última estimativa populacional realizada para o ano de 2016 indica que a população da cidade está estimada em 20.082. A sua desagregação em relação a sexo e situação de domicílio está representada na tabela a seguir.

Tabela 3.2: População Residente no Município de Cachoeirinha-PE.

População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Cachoeirinha - PE						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	15.852	100	17.042	100	18.819	100
População residente masculina	7.659	48,32	8.258	48,46	9.104	48,38
População residente feminina	8.193	51,68	8.784	51,54	9.715	51,62
População urbana	10.533	66,45	12.084	70,91	15.205	80,8

População rural	5.319	33,55	4.958	29,09	3.614	19,2
-----------------	-------	-------	-------	-------	-------	------

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

A tabela 3.2, mostra que a população de Cachoeirinha está concentrada na maior parte na zona urbana e que, gradativamente, entre o período de 1991 a 2010 a população rural tem diminuído e a concentração populacional na área urbana tem aumentado. Em relação a questão de gênero a população feminina foi maior em relação a masculina durante os três censos realizados, no último censo em 2010 a população feminina foi de 9.715 e a masculina de 9.104. A densidade demográfica que é a medição do número de habitantes por Km² (quilômetros quadrados) mostra como a população está distribuída em relação ao seu território.

Tabela 3.3: Alteração de Densidade Demográfica em Cachoeirinha-PE.

Densidade Demográfica	
Ano	Habitantes por Km²
2000	95,06 hab./Km ²
2007	100,74 hab./Km ²
2010	104,98 hab./Km ²
2014	110,53 hab./Km ²

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS | Dados da população.

A tabela 3.3, mostra a alteração demográfica populacional de Cachoeirinha-PE a partir da visualização que no período de 2000 a 2014, verifica-se uma concentração maior de habitantes por Km². Em 2000 a taxa de densidade demográfica estava em 95,06 hab./ Km² e mais recentemente a taxa alcança 110,53 hab./Km².

Para avaliação do mercado de trabalho foram utilizados dados da PEA – População Economicamente Ativa que é a população que está inserida no mercado de trabalho ou tentando se inserir.

Tabela 3.4: Situação da População de 18 Anos ou Mais de Idade no Mercado de Trabalho em Cachoeirinha-PE.

Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010		
Situação	População	Percentual %
economicamente ativa ocupada	7.160	55,30%
economicamente ativa desocupada	762	5,90%
economicamente inativa	5.016	38,80%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

A tabela 3.4, mostra que em 2010 a população que estava inserida no mercado de trabalho e empregada (economicamente ativas ocupadas) era de 7.160 pessoas referente a um percentual de 55,30%, já a população que também estava desempregada ou a procura de trabalho (economicamente ativa desocupada) era de apenas 762 pessoas referente a um percentual de 5,90%.

O Produto Interno Bruto (PIB), indicador econômico obtido através da soma de tudo o que é produzido em uma região, em um determinado período, é útil para avaliar como a economia está se comportando ao longo do tempo. A seguir temos a participação do município de Cachoeirinha no PIB do Estado.

Tabela 3.5: Participação do PIB de Cachoeirinha-PE na formação do PIB do Estado.

Participação do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios no PIB do Estado					
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Cachoeirinha*	0,12%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Caruaru	3,52%	3,58%	3,76%	3,76%	4,02%
Belo Jardim	0,84%	0,84%	0,83%	0,90%	0,83%
São Bento do Una	0,36%	0,45%	0,47%	0,46%	0,47%
São Caitano	0,17%	0,18%	0,17%	0,18%	0,19%
Tacaimbó	0,06%	0,06%	0,05%	0,06%	0,06%

Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - Agência CONDEPE/FIDEM

A tabela 3.5: Indica que a participação do PIB de Cachoeirinha na composição do PIB estadual é muito pequena com 0,10% apenas em 2014, ao longo do período se mostrou constante, em comparação com outros municípios vizinhos da mesma microrregião do Vale do Ipojuca a participação ficou abaixo dos municípios: Caruaru, Belo Jardim, São Bento do Una e São Caitano superando apenas o município de Tacaimbó na contribuição para a formação do PIB do Estado.

O PIB é composto pelos seguintes setores da economia: agropecuária, indústria, serviços, administração pública e impostos. Assim pode-se avaliar a distribuição do produto de forma setorial.

Tabela 3.6: PIB por Setores em Valores Percentuais da Economia no Município de Cachoeirinha-PE entre o Período 2010-2013.

PIB por setores a preços correntes - Valor adicionado bruto (Valores percentuais %)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Valor impostos
2010	16,35%	3,68%	35,31%	37,29%	7,37%
2011	15,42%	3,89%	32,50%	42,40%	5,79%
2012	11,55%	3,85%	37,43%	40,85%	6,32%
2013	12,33%	3,70%	38,30%	39,68%	5,98%

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A tabela 3.6, acima mostra a composição do PIB por setores, onde o setor de administração pública e o setor de serviços, juntos são geradores de mais de 60% da riqueza e em seguida está o setor agropecuário como o terceiro maior gerador de riqueza.

Em relação à agricultura do município através do levantamento do IBGE sobre a produção agrícola municipal selecionei as três principais culturas temporárias que podem ser acompanhadas nas duas tabelas a seguir:

Tabela 3.7: Evolução das Três Principais Culturas Temporárias do Município de Cachoeirinha-PE (1995-2015).

Variável = Quantidade produzida (Toneladas)			
Ano	Produto das lavouras temporárias		
	Feijão	Mandioca	Milho
1995	546	7.700	648
1996	260	1.884	952
1997	955	8.400	2.125
1998	0	1.200	0
1999	33	60	18
2000	459	150	720
2001	30	90	36
2002	623	360	820
2003	30	148	33
2004	250	88	720
2005	250	88	720
2006	188	700	720
2007	800	1.000	900
2008	1.200	1.000	900
2009	285	1.320	476
2010	285	1.320	216

2011	855	2.700	285
2012	7	900	6
2013	833	540	684
2014	115	4.000	168
2015	120	4.000	210

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Na tabela 3.7, tem-se a variação da produção em toneladas das três principais lavouras temporárias entre 1995 e 2015, que foram: feijão que obteve sua maior produção em 2008 com 1.200 toneladas de grão, mandioca que obteve sua maior produção em 1997 com 8.400 toneladas e o milho que obteve sua maior produção em 1997 com 2.125 toneladas. Em 2015 a produção em toneladas das três culturas foi, respectivamente, 120, 4.000 e 210 toneladas. A produção das três lavouras variou muito sofrendo elevadas reduções possivelmente proporcionadas por longos períodos de falta de chuvas na região.

Por fim encerrando o levantamento de dados econômicos, são mostradas informações em relação a pecuária local no tocante ao efetivo dos rebanhos (produção animal).

Tabela 3.8: Efetivo dos Rebanhos no Município de Cachoeirinha-PE (1995-2015).

Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho							
Município = Cachoeirinha - PE							
Variável = Efetivo dos rebanhos (Cabeças)							
Ano	Tipo de rebanho						
	Bovino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos - total	Galináceos - galinhas
1995	8.800	380	1.010	1.500	2.300	25.000	10.000
1996	13.161	380	1.987	167	2.500	42.000	10.000
1997	9.000	400	1.000	1.500	2.500	38.000	16.000
1998	7.200	400	1.000	1.500	2.400	34.500	10.500
1999	7.000	420	1.030	1.600	2.500	34.680	10.590
2000	7.100	400	1.030	1.600	2.500	37.000	12.000
2001	29.900	400	2.800	1.500	3.000	20.000	5.000
2002	30.000	500	3.300	1.800	3.000	25.500	5.500
2003	20.000	600	3.400	2.000	3.500	25.000	7.000
2004	20.000	600	3.400	2.000	3.500	27.000	7.000
2005	22.000	1.200	4.200	2.000	4.000	30.000	5.000
2006	21.000	1.050	3.920	2.000	4.300	32.300	6.000
2007	22.139	1.500	4.200	1.000	3.000	127.000	7.000
2008	23.172	1.500	4.200	1.000	3.000	471.800	71.800
2009	15.327	1.400	2.470	1.100	3.300	415.000	65.000
2010	18.000	1.400	6.181	900	3.395	441.000	69.000

2011	18.239	800	4.018	1.000	3.600	463.000	72.000
2012	14.935	749	4.190	1.024	4.475	450.000	70.000
2013	15.389	649	4.472	838	4.031	400.000	80.000
2014	15.849	672	6.526	889	4.800	380.000	85.000
2015	14.822	800	7.500	1.000	5.100	247.510	92.392

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

Na tabela 3.8, tem-se o efetivo de rebanhos por cabeças entre 1995 e 2015, os rebanhos que obtiveram maiores quantidades por cabeça ao longo do período foram o rebanho de galináceos em primeiro, seguido pelo o rebanho de bovinos em segundo. Os números mostram que a atividade agropecuária é produtiva e bastante relevante para o município.

3.3. Dados Sociais

Os dados apresentados a seguir estão relacionados a questão social do município de Cachoeirinha-PE. Através do levantamento e sistematização desses dados pode-se traçar de maneira representativa, um perfil social mediante observação da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, índice de Gini, indicadores de habitação, alguns aspectos de saúde e educação.

O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como objetivo medir o nível de desenvolvimento de países, regiões e municípios. É obtido através da média de três outros componentes: educação; longevidade e renda per capita. O IDH varia de 0 a 1 com várias faixas de definição de desenvolvimento humano: 0 a 0,499 é considerado muito baixo; 0,500 a 0,599 é considerado baixo; 0,600 a 0,699 é considerado médio; 0,700 a 0,799 é considerado alto e 0,800 a 1 é considerado muito alto o desenvolvimento.

Tabela 3.9: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano em Cachoeirinha-PE

Evolução do IDHM				
	Ano	1991	2000	2010
Cachoeirinha*		0,366	0,481	0,579
Caruaru		0,481	0,558	0,677
Belo Jardim		0,377	0,477	0,629
São Bento do Una		0,318	0,437	0,593
São Caitano		0,285	0,418	0,591
Tacaimbó		0,259	0,397	0,554

Fonte: PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por Município.

A tabela 3.9, mostra a evolução do IDHM de Cachoeirinha-PE, o qual passou de um índice de 0,363 em 1991 para 0,481 em 2000, assim permanecendo em um nível de desenvolvimento muito baixo.

No último índice 2010 o índice evoluiu para 0,579 sendo assim considerado um nível de desenvolvimento baixo, em comparação com municípios vizinhos da microrregião do Vale do Ipojuca possui um índice de desenvolvimento abaixo ao de: Caruaru, Belo Jardim, São Bento do Una e São Caitano superando apenas Tacaimbó. De acordo com o Atlas Brasil (PNUD). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,753, seguida de renda, com índice de 0,587, e de educação, com índice de 0,439 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Segundo o Atlas Brasil (PNUD), de forma mais detalhada, O IDHM passou de 0,363 em 1991 para 0,481 em 2000 - uma taxa de crescimento de 32,51%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 81,48% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,129), seguida por longevidade e por renda (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Ainda segundo Atlas Brasil (PNUD), com informações mais detalhadas, o IDHM passou de 0,481 em 2000 para 0,579 em 2010 - uma taxa de crescimento de 20,37%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 81,12% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,154), seguida por longevidade e por renda (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Tabela 3.10: IDHM de Cachoeirinha-PE por Componentes: Educação, Longevidade e Renda.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Cachoeirinha - PE			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,156	0,285	0,439
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	9,69	16,06	26,9
% de 5 a 6 anos na escola	41,46	69,99	89,46
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	22,31	43,11	79,38
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	8,29	23,85	33,45
% de 18 a 20 anos com médio completo	7,13	14,62	22,17
IDHM Longevidade	0,581	0,706	0,753
Esperança de vida ao nascer	59,85	67,36	70,18

IDHM Renda	0,526	0,552	0,587
Renda per capita (em R\$)	211,3	247,7	308,8

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Na tabela 3.10, visualiza-se de forma mais detalhada o IDHM de Cachoeirinha-PE e seus componentes, assim como detalhado pelo Atlas Brasil (PNUD). Nota-se uma clara evolução nos três componentes do IDHM (cabe lembrar que para cada componente existe pesos diferentes para a composição do IDHM), na educação houve crescimento nos cinco indicadores educacionais, na longevidade a esperança de vida ao nascer passou de 59,85 em 1991 para 70,18 em 2010 e a renda per capita aumentou, passando de R\$ 211,73 em 2000 para R\$ 308,18 em 2010.

Para analisar renda é usado o índice utilizado para medir a concentração de renda que é o índice de Gini, ele indica a diferença de rendimento da população mais rica e mais pobre, o índice varia de 0 a 1, se o índice for 0 está indicando perfeita igualdade de renda, ou seja, a distribuição de renda é igual não há concentração de renda, caso seja 1 está indicando desigualdade de renda, somente uma pessoa é possuidora de toda renda disponível da localidade (concentração de renda).

Tabela 3.11: Evolução do Índice de Gini em Cachoeirinha-PE.

Índice de Gini				
	Ano	1991	2000	2010
Cachoeirinha*		0,59	0,53	0,48
Caruaru		0,55	0,57	0,53
Belo Jardim		0,52	0,55	0,51
São Bento do Una		0,58	0,75	0,60
São Caitano		0,48	0,56	0,50
Tacaimbó		0,49	0,51	0,50

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Observando-se a tabela 3.11, percebe-se que houve uma evolução positiva sobre o índice de Gini em Cachoeirinha-PE, ao longo das últimas décadas, diminuindo a concentração de renda, revelado pela queda de 0,59 em 1991 para 0,53 em 2000, voltando a recuar em 2010, em comparação com outros municípios do Vale do Ipojuca em 2010 o índice mostra uma distribuição de renda melhor do que os demais municípios.

Tabela 3.12: Evolução de Renda, Pobreza e Desigualdade em Cachoeirinha-PE.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Cachoeirinha - PE
--

	Ano	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)		211,73	247,57	308,18
% de extremamente pobres		27,83	22,21	15,44
% de pobres		61,76	44,03	33,67
Índice de Gini		0,59	0,53	0,48

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Segundo o Atlas Brasil (PNUD), a renda per capita média de Cachoeirinha cresceu 45,55% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 211,73, em 1991, para R\$ 247,57, em 2000, e para R\$ 308,18, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,00%.

A taxa média anual de crescimento foi de 1,75%, entre 1991 e 2000, e 2,21%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 61,76%, em 1991, para 44,03%, em 2000, e para 33,67%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,59, em 1991, para 0,53, em 2000, e para 0,48, em 2010 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Para avaliar a educação do município optou-se por dados referentes a: a) analfabetismo; b) fluxo escolar por faixa etária e a escolaridade das pessoas adultas. Esses dados revelam o quanto de nível educacional a população possui o que é de extrema importância para o desenvolvimento do senso crítico e a ampliação das oportunidades de entrada no mercado de trabalho.

Tabela 3.13: Evolução da Taxa de Analfabetismo em Cachoeirinha-PE.

Taxa de analfabetismo				
	Ano	1991	2000	2010
População (%)		49,5	39,1	32,1

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

A tabela 3.13, mostra a evolução da taxa de analfabetismo, nota-se uma evolução positiva sobre a taxa, que caiu de 49,5% em 1991 para 39,1% em 2000 e no último censo realizado em 2010 a taxa foi de 32,1%, o que implica que existe mais pessoas habilitadas a escrever e ler (aumento da alfabetização) no município. “Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM educação” (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Tabela 3.14: Fluxo Escolar por Faixa Etária em Cachoeirinha-PE.

Fluxo escolar por faixa etária - Cachoeirinha-PE - 1991/2000/2010				
	Ano	1991	2000	2010
Proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola		41,46%	69,99%	89,46%
Proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental		22,31%	43,11%	79,38%
Proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo		8,29%	23,85%	33,45%
Proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo		7,13%	14,62%	22,17%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

A tabela 3.14, demonstra o fluxo escolar por faixa etária do município de Cachoeirinha-PE, havendo evolução positiva nas quatro faixas etárias, dado que a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola passou de 41,46% em 1991 para 89,46% em 2010, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental passou de 22,31% em 1991 para 79,38% em 2010.

A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo passou de 8,29% em 1991 para 33,45% em 2010 e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo passou de 7,13% em 1991 para 22,17% em 2010. Segundo Atlas Brasil (PNUD), entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 48,00 pontos percentuais, 57,07 pontos percentuais, 25,16 pontos percentuais e 15,04 pontos percentuais (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Ainda podemos considerar a expectativa de anos de estudo do PNUD. Segundo o Atlas Brasil (PNUD) o indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Tabela 3.15: Indicador de Expectativa de Anos de Estudo em Cachoeirinha-PE.

Expectativa de anos de estudo				
	Ano	1991	2000	2010
Cachoeirinha		8,57	7,50	8,62
Pernambuco		7,67	7,70	9,13

Fonte: PNUD | Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

De acordo o Atlas Brasil (PNUD), entre 2000 e 2010, a expectativa passou de 7,50 anos para 8,62 anos, no município, enquanto na UF passou de 7,70 anos para 9,13 anos. Em 1991, a

expectativa de anos de estudo era de 8,57 anos, no município, e de 7,67 anos, na Unidade da Federação (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). Neste sentido houve uma pequena evolução nos últimos 20 anos deste quesito.

Tabela 3.16: Nível de Escolaridade da População de 25 Anos ou Mais em Cachoeirinha-PE.

Escolaridade da população de 25 anos ou mais				
	Ano	1991	2000	2010
Fundamental incompleto e analfabeto		61,54%	48,80%	39,97%
Fundamental incompleto e alfabetizado		31,15%	39,30%	38,33%
Fundamental completo e médio incompleto		1,84%	3,70%	8,20%
Médio completo e superior incompleto		4,61%	6,60%	11,26%
Superior completo		0,86%	1,60%	2,24%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

A tabela 3.16, mostra o nível de escolaridade de pessoas adultas (25 anos ou mais), nota-se, que houve um aumento na taxa de pessoas adultas alfabetizadas e proporcionalmente uma redução na taxa de analfabetismo nessa faixa etária. Também houve aumento na taxa de pessoas adultas com ensino médio completo e superior completo.

Para avaliação da saúde do município optou-se por utilizar dados do PNUD em relação longevidade, mortalidade e fecundidade e alguns aspectos em relação a estrutura de serviços relacionados a saúde.

Tabela 3.17: Evolução dos Indicadores de Saúde em Cachoeirinha-PE.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Cachoeirinha - PE				
	Ano	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer		59,9	67,4	70,2
Mortalidade infantil		71,4	47,7	26,4
Mortalidade até 5 anos de idade		93,8	52,9	28,4
Taxa de fecundidade total		4	2,7	2

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

A tabela 3.17, mostra a evolução dos indicadores de saúde presente nos três últimos censos, que indicam que houve aumento na esperança de vida ao nascer e reduções nos indicadores, mortalidade infantil e taxa de fecundidade.

De acordo com o Atlas Brasil (PNUD), a esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 2,8 anos na última

década, passando de 67,4 anos, em 2000, para 70,2 anos, em 2010. Em 1991, era de 59,9 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Para complementar as informações em relação a saúde destaquei alguns dados em relação a serviços de saúde disponíveis para a população no município.

Tabela 3.18: Alguns Aspectos em Relação a Serviços de Saúde em Cachoeirinha-PE.

Saúde				
Ano	Unidades básicas de saúde	Quantidade de Centros de Especialidades Odontológicas implantados	Número de pessoas que tiveram acesso a remédio gratuito	Valor total repassado pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS
2009	-	1	-	-
2010	7	1	-	R\$ 2.081.014,45
2011	8	1	0	R\$ 2.184.495,80
2012	7	1	0	R\$ 2.616.141,56
2013	7	1	0	R\$ 2.700.582,51
2014	7	1	821	R\$ 2.704.394,67
2015	7			

Fonte: Plataforma de indicadores do Governo Federal.

Observando a tabela 3.18 acima, em relação a serviços de saúde disponíveis no município a população tem 7 unidades básicas de saúde, 1 centro de especialidades odontológicas, 821 pessoas obtiveram acesso a remédios gratuitos em 2014 e o município obteve um repasse do Fundo Nacional de Saúde – FNS no valor de R\$ 2.704.393,67 no ano de 2014.

Por fim terminando o levantamento de dados sociais são apresentados os indicadores das condições de habitação do município, como: acesso da população a água encanada, a energia elétrica, coleta de lixo e saneamento em seus domicílios.

Tabela 3.19: Evolução de Serviços de Água Encanada, Energia Elétrica e Coleta de Lixo.

Indicadores de Habitação - Município - Cachoeirinha – PE				
	Ano	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada		52,09	40,4	68,18
% da população em domicílios com energia elétrica		80,6	96,05	99,38
% da população em domicílios com coleta de lixo		70,83	91,64	97,03

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Na tabela 3.19 acima, temos a evolução dos indicadores de habitação para a população por domicílio, a taxa da população em domicílios com água encanada passou de 52,09% em 1991 para 68,18% em 2010, a taxa da população em domicílios com energia elétrica passou de 80,6% em 1991 para 99,38% em 2010 e a taxa da população em domicílios com coleta de lixo passou 70,83% em 1991 para 97,03% em 2010. Os três indicadores de habitação evoluíram positivamente ao longo das três décadas.

Complementando os indicadores de condições de habitação e encerrando o levantamento de dados sociais temos a tabela referente a um levantamento do Ministério da Saúde através do Sistema de Informações de Atenção Básica sobre a situação domiciliar em relação ao saneamento.

Tabela 3.20: Situação Domiciliar em Relação a Saneamento em Cachoeirinha-PE.

Ano	Saneamento		
	Domicílios com rede pública de esgoto	Domicílios com esgoto por fossa	Domicílios com esgoto a céu aberto
1999	398	141	183
2000	1.383	722	639
2010	4.387	802	504
2015	5.315	1.075	459

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS | Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB.

A tabela 3.20, mostra a evolução do número de domicílios com acesso a saneamento, o qual aumentou de 398 em 1999 para 5.315 em 2015, enquanto os domicílios com esgoto por fossa sofreram uma ampliação de 141 para 1.075 e os domicílios com esgoto a céu aberto também sofreram ampliação no período analisado.

Análise dos dados mostrou que os indicadores não variaram muito, ocorreu melhoras nas variáveis de renda diminuindo a pobreza, possivelmente atribui-se essa diminuição as políticas sociais do Estado que influenciaram na distribuição de renda da população.

4. A ECONOMIA DO COURO E DO AÇO

4.1. Surgimento e Desenvolvimento da Produção Proveniente do Couro e do Aço

O desenvolvimento de produtos a partir da utilização de matérias-primas provenientes do couro e aço⁵ apresentou grande contribuição ao desenvolvimento do comércio e da economia do município de Cachoeirinha-PE. Desta vocação, originaram-se peças e diversos acessórios (selas, arreios, etc.) para montaria a cavalo e esportes que necessitam o uso do animal, fazendo da cidade “*A Terra dos Arreios em Couro e Aço*”.

O surgimento e desenvolvimento da produção local destes produtos tiveram como precursor o Sr. Júlio Jacinto da Silva. Segundo Silva (1999), Quando Cachoeirinha ainda era vila, a produção gerada através da matéria-prima couro não era tão expressiva na época, situação esta, que veio a mudar com iniciativas pioneiras do Sr. Júlio Jacinto que proporcionou através da sua divulgação a ampliação do mercado do trabalho local e o aumento da introdução de novos produtores.

O Sr. Júlio Jacinto da Silva ajudava vários artesãos, procurando fornecer-lhes a matéria-prima para o fabrico ou mesmo emprestando-lhe dinheiro para adquiri-la. Da mesma maneira, membros da família do referido senhor, associados a algumas pessoas que já trabalhavam no ramo, compravam o couro para distribuí-lo como matéria prima para a produção local (SILVA, 1999, p. 25).

O mercado consumidor amplia-se consideravelmente na década de 1970 com o aumento de demandantes de outros estados e até mesmo ultrapassando as fronteiras com países vizinhos. “Países dos quais se destacam Uruguai, Argentina, Alemanha e Estados Unidos, constituindo parte do mercado dos produtos de couro produzidos em Cachoeirinha” (SILVA, 1999, p. 27).

O impulso a produção local de produtos originados do aço teve como precursor o Sr. Manoel Leão. De acordo com Viana (2000), o Sr. Manoel Leão, era um ferreiro de grandes

⁵ De acordo com Macêdo (2013), as matérias-primas “couro e aço” para a produção dos produtos, são fornecidas pelos estados: Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba e São Paulo. O estado de São Paulo é fornecedor das matérias-primas “Aço” (tipos: arame, barra, fita e chapa) e “Couro” (tipos: camurça, raspa). Os estados: Alagoas, Minas Gerais e Paraíba são fornecedores da matéria-prima “Couro” (tipo: sola). O estado da Bahia é fornecedor da matéria-prima “Couro” (tipos: sola, vaqueta). Estas matérias-primas adquiridas pelos artesãos são intermediadas por atravessadores elevando-se o preço das mesmas.

dotes artísticos e era residente no município de Altinho-PE, situado no entorno de Cachoeirinha. Foi preso por estar produzindo moedas idênticas as que circulavam ao mercado da época, após ganhar sua liberdade, passou a residir em Cabanas⁶, onde retoma a sua atividade como ferreiro, mas passa apenas à confeccionar facas e peixeiras, obtendo destaque na sua produção.

A produção gerada através da matéria-prima aço, ganha novo impulso através de Miguel Leão e Duda Leão que herdaram a técnica do seu pai, para a produção. “Inicialmente o trabalho era realizado utilizando-se o metal (ferro) e só bem depois, em meados da década de 1960, é que se iniciou a confecção das peças em aço” (VIANA, 2000, p. 40).

A cidade ao longo das décadas se torna destaque, a nível nacional, no ramo de produção e comercialização de produtos para montaria a cavalo. “A cidade, então passa a ser conhecida desta vez como a “cidade do couro e do aço” título que obteve devido ao fato de ser um dos mais importantes centros de produção e distribuição de acessórios de montaria do País” (VIANA, 2000, p.42).

O processo de produção de peças e acessórios derivados do couro e aço era inicialmente realizado por um único artesão sobre as tendas⁷, onde não havia auxílios de máquinas. Situação idêntica a narrada por Marx (1996), durante a cooperação, etapa presente no que ele chamou de Sociedade de Produtores de Mercadorias, etapa que antecedeu o Modo de Produção Capitalista.

A ampliação do mercado e desenvolvimento de novas técnicas foram sendo introduzidas aos poucos, adotando-se o processo de divisão social do trabalho, como narrado por Smith (1996), quando do exemplo clássico da fábrica de alfinetes.

Percebe-se que o processo de produção da atividade em couro e aço em Cachoeirinha – PE, no decorrer dos anos, foi ganhando novas características, impulsionadas pelo sistema do capital, como a divisão acentuada do trabalho, que não permite mais a classificação usual do processo de produção como artesanal, embora como já mencionado anteriormente ainda existam, de forma residual, trabalhadores que desenvolvem todas as etapas do processo de produção do mesmo artigo. Além do mais, essa coexistência é comum, visto que os processos não acontecem da mesma forma em todos os lugares, levando em consideração as rugosidades apresentadas em cada espaço geográfico (MACÊDO, 2013, p. 75-76).

Essa introdução de características de manufatura, não só facilitou o processo produtivo como também, atualmente, ajudou a expandir a produção, maximizando a quantidade produzida e também trazendo inovações e especificações, melhorando cada vez mais os produtos ofertados ao mercado. Por exemplo, atualmente, o consumidor pode optar por personalização

⁶ Cabanas, atualmente é uma vila (distrito) pertencente ao município de Cachoeirinha-PE.

⁷ Tenda é o nome designado ao local, no qual, realiza-se a produção das peças e acessórios provenientes do couro e aço.

dos produtos, adquirindo acessórios e peças que podem ser personalizadas (selas, mantas, peitorais, etc.) com o nome ou raça do seu animal (cavalo), ou fazenda, haras ou seu próprio nome como também imagens e cores.

A comercialização da produção, de início era totalmente feita nas próprias tendas ou residências dos artesãos. “Não havia concorrência na cidade, nem casas comerciais do ramo e tão pouco feiras para a comercialização dos produtos” (VIANA, 2000, p. 41).

Atualmente têm-se como opção para escoar a produção na cidade, a famosa “*Feira do couro e aço*”⁸ que é realizada nas quintas-feiras, a qual atrai vários demandantes de diversas localidades do País. Outra opção de comércio é a famosa “*Rua das selarias*”⁹ que se destaca por concentrar o maior número de lojas e selarias¹⁰, ofertando uma quantidade maior de produtos e possibilitando a comercialização durante toda a semana e até mesmo aos sábados.

4.2. Relação Produtiva e Comercial

A atividade se caracteriza pela informalidade. Abaixo é apresentado um fluxograma que ajuda no entendimento das relações entre a produção e o comércio.

Os agentes econômicos presentes ao processo são estes:

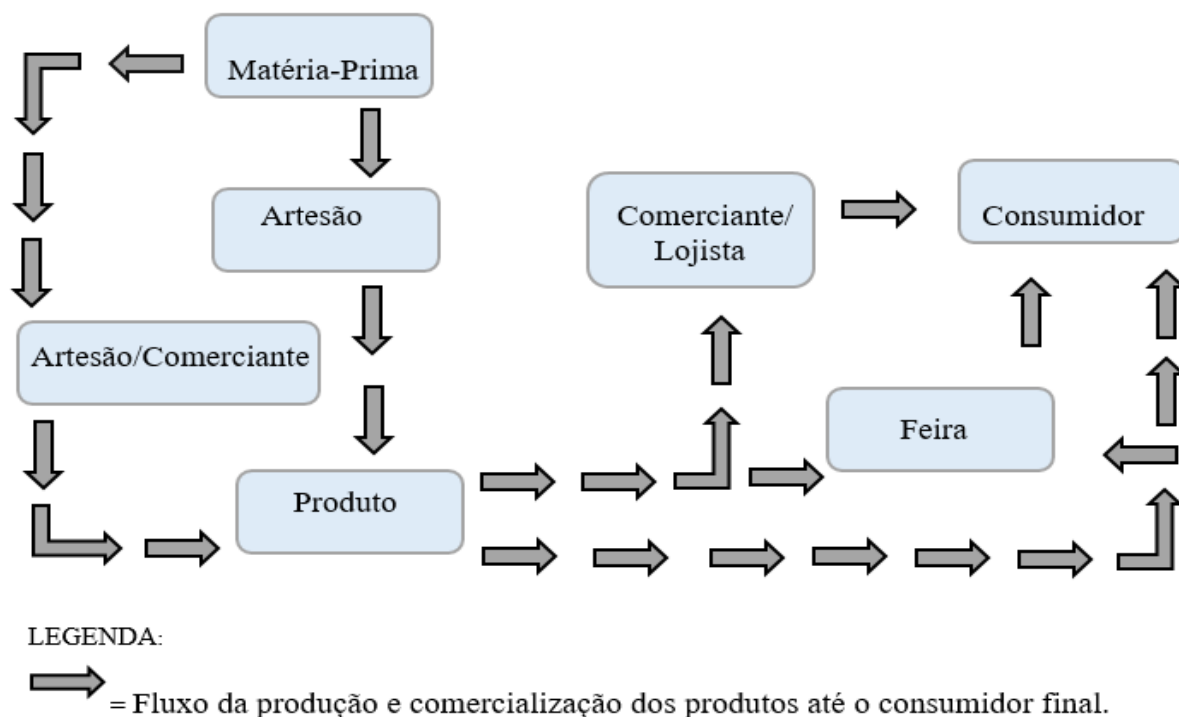
- Artesãos;
- Artesãos/comerciantes;
- Comerciantes/lojistas;
- Consumidores;
- Cooperativa;
- Associação dos artesãos; e
- Estado.

⁸ A feira do couro e aço, segundo Viana (2000), surgiu através de uma iniciativa individual do Sr. Clóvis Pacheco (fabricante), durante a década de 80, sabendo do fluxo de pessoas demandantes, que se deslocavam de outras regiões para comprarem os produtos diretamente nas lojas, resolve colocar os seus produtos expostos sobre uma calçada próxima de onde se concentrava a maioria das lojas. Assim através do sucesso de sua iniciativa vários outros produtores copiaram a ideia e em menos de 2 anos, essa iniciativa de sucesso tornava-se a feira do couro e aço de Cachoeirinha-PE, atualmente a feira acontece as quintas-feiras ao lado da rua Siqueira Campos.

⁹Rua das Selarias nome popularmente dado à rua Siqueira Campos, onde concentra-se o maior número de lojas e selarias do segmento (peças e arreios para montaria a cavalo) na cidade.

¹⁰ Selaria, nome referente à casa ou loja, na qual, comercializa-se peças e arreios para montaria a cavalo.

Gráfico 4.1: Fluxograma da Relação Produtiva e Comercial da Produção Proveniente do Couro e Aço em Cachoeirinha-PE.



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Os artesãos trabalham na informalidade e em condições precárias, sem carteira de trabalho assinada quando estão subordinados a um empresário, ou de forma autônoma em tendas. Já a categoria de artesãos/comerciantes além de produzir, comercializam os produtos em pontos comerciais fixos (lojas) por conta própria, possuindo assim uma relação mais direta com o consumidor final. Segundo Macêdo (2013), os artesãos adquirem a matéria-prima para a realização da produção por meio de atravessadores elevando-se o custo produtivo.

Os comerciantes/lojistas, são intermediadores da produção, adquirem os produtos com os artesãos e as revendem para o consumidor final. Possuem ótima posição entre os agentes no comércio local, ofertam uma infinidade de produtos relacionados ao segmento de montaria a cavalo, além disso possuem condições melhores no mercado para a realização da comercialização possibilitando-os lucros maiores.

Os consumidores, possuem uma forte influência no processo, pois se a demanda pelos produtos, seja na feira-livre ou nas lojas/selarias não vai bem, afeta a oferta negativamente, as vendas caem refletindo-se em uma menor produção, ou seja, toda atividade é afetada, como um efeito dominó. O perfil da demanda pode variar dependendo de quem seja, sendo a maioria dos consumidores constituída por: vaqueiros, fazendeiros, adestradores, donos de haras e parques de vaquejadas, criadores de cavalos para passeio ou para o trabalho do campo. Também existem

consumidores de outras regiões do País que exercem o papel de atravessadores, comprando em grandes quantidades e revendendo em outros mercados do País.

A Cooperativa dos Artesãos do Couro e Aço de Cachoeirinha – COOACAL. Segundo Silva (1999), foi instituída em 1993, com objetivo de promover melhorias para as condições de comércio, de forma a neutralizar a presença do atravessador da matéria-prima, vendendo a matéria-prima a preços melhores para associados e assessorando a produção em busca de uma maior qualidade. Devido a problemas com a obtenção de crédito bancário, não conseguindo saldar a dívida contraída, acabou entrando em decadência. Segundo Macêdo (2013), a cooperativa se encontra altamente endividada, com a participação de pouquíssimos associados e poucos funcionários, apenas disponibilizando à função de emitir notas fiscais dos produtos, seja para os associados ou comerciantes com a condição de que seja pago uma taxa única de 6% em relação ao valor da mercadoria, taxa esta que é alocada para a manutenção da própria instituição.

A Associação dos Artesãos do Couro e do Aço de Cachoeirinha-PE – AACAC. Segundo, o então ex-presidente da associação Narciso Silva, foi criada em 2008 e conta com 400 associados, com propósitos de defender interesses dos artesãos e também aprimorar e inovar a atividade produtiva, promovendo a divulgação do artesanato local, através de exposições. Atualmente a associação está com a elaboração de um projeto da construção de um polo comercial, denominado parque do artesão, para exposição e comercialização dos seus produtos. Este espaço teria hospedaria com casa de alimentação, possibilitando a estadia de compradores de outras regiões do Brasil, o que amenizaria os efeitos de atravessadores e além de fortalecer a atividade local.

O Estado não é um agente participativo, desde a origem da atividade no município se mostra distante na geração de políticas que ajudem a promover o desenvolvimento tanto na área produtiva como na área de comercialização. Conforme Silva (1999), o poder municipal e estadual, sempre se mostram ausentes na promoção do desenvolvimento da atividade carro-chefe da economia local.

Em relação a dados estatísticos, foram obtidos alguns números referentes a atividade econômica local através de uma recente publicação da Folha de Pernambuco – Cotidiano (autor Pedro Galindo: disponível em edição digital, Nº: 286, de 16 out. 2016) onde são citados que a atividade possui: 400 Fabricos (tendas), 53 lojas (selarias), 112 bancas de feira e cerca de 6 mil empregos.

4.3. Uma Eventual Proibição da Vaquejada e Seus Possíveis Impactos Sobre Atividade Econômica Local

Um problema atual que traz preocupações aos artesãos e comerciantes da produção de peças e acessórios para montaria a cavalo, é uma possível proibição das vaquejadas¹¹ no Brasil o que poderia afetar de forma drástica a economia local, tanto na área produtiva como na área comercial. Dado que a vaquejada gera uma substancial demanda pelos produtos.

O processo que tramitava no Supremo Tribunal Federal – STF era referente ao julgamento da lei 15.299/2013 criada no estado do Ceará que proporcionaria a regulamentação da prática da vaquejada de forma legal e constitucional no Estado. A ação foi movida pela Procuradoria Geral da República – PGR que questionou a legalidade da prática alegando maus tratos dos animais envolvidos na competição. O Supremo Tribunal Federal julgou a prática da vaquejada como inconstitucional, proibindo a eventual prática no estado do Ceará, contudo poderá ser aplicado aos demais estados federativos do Brasil, o que gera preocupações aos agentes envolvidos direta ou indiretamente.

A Associação Brasileira de Vaquejadas – ABVAQ, órgão que defende a prática como esportiva e cultural, torna-se fundamental criar um regulamento adequando as melhorias inseridas através de várias regras que devem ser devidamente cumpridas, visando proporcionar o bem-estar aos animais de forma que não ocorram maus tratos com os (bois e cavalos). Segundo esta associação, a interrupção da prática irar afetar centenas de empregos de forma direta e indireta. De acordo com números da ABVAQ entre 2014 e 2015 a vaquejada proporcionou um giro de R\$ 600 milhões, movimentou 120 mil empregos diretos e 600 mil empregos indiretos e, é o segundo maior esporte em termos de número de público no Nordeste perdendo apenas para o futebol.

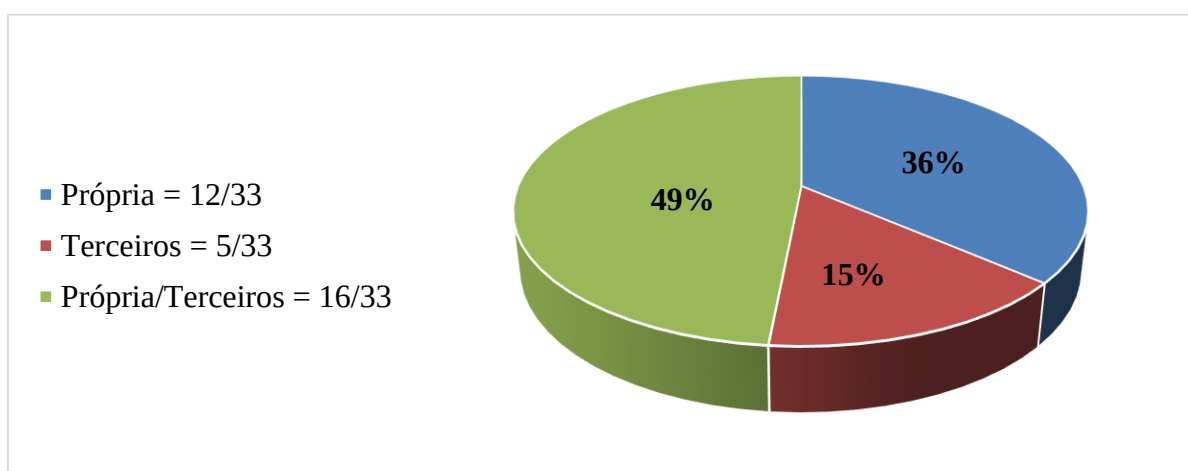
A população do município de Cachoeirinha-PE está ultimamente apreensiva caso seja proibida a prática da vaquejada no País, recentemente já houve a realização de protestos em prol da legalização da prática, pois temem que a proibição afete a economia da cidade, mediante redução na demanda por produtos comercializados na feira-livre e nas lojas da cidade. Durante a pesquisa de campo, buscou-se avaliar um possível impacto da proibição sobre o fluxo de produtos comercializados.

¹¹Vaquejada é uma prática onde dois cavaleiros (vaqueiros) montados em cavalos, tem como objetivo derrubar o boi puxando o rabo (cauda) do animal entre duas faixas de marcação sobre uma pista (circuito demarcado) coberta de areia, a competição acontece entre duplas competindo entre si por uma premiação final, a prática é muito tradicional no Nordeste brasileiro.

5. RESULTADOS

A pesquisa de campo centrou atenção na questão comercial onde os resultados estão apresentados de forma absoluta e relativa, pois foram obtidos através da entrevista feita em 33 pontos comerciais (lojas/selarias) da cidade.

Gráfico 5.1: Origem dos Produtos Comercializados nos Pontos Comerciais (Selarias/lojas) em Cachoeirinha – PE.

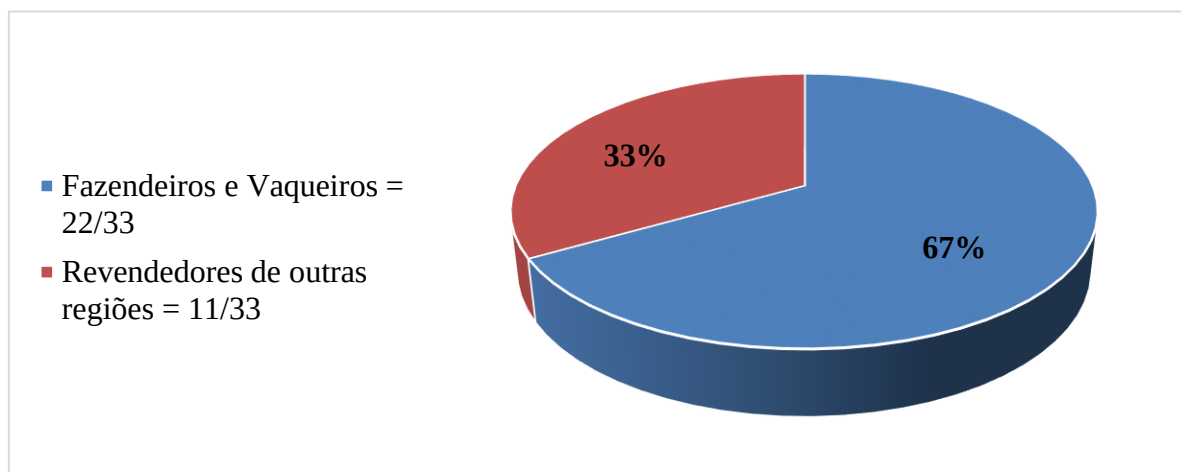


Fonte: Elaboração própria, 2017.

O gráfico 5.1, mostra que 36% das lojas comercializam produtos de fabricação própria, enquanto 49% das lojas comercializam produtos próprios e de terceiros. Apenas 15% dos empresários atuam exclusivamente na área comercial. Os produtos adquiridos vêm 85,7% de artesãos, enquanto 4,8% são comprados de feirantes.

Uma parte dos produtos adquiridos tem a sua fabricação em localidades como: Belo Jardim-PE, Caruaru-PE, Minas-Gerais, Paraíba, Paraná. Estão diretamente ligados ao vestuário do público em geral como: chapéus, cintos, botas e sapatos de couro e os demais são para o uso de montaria a cavalo: selas australianas e americanas (utilizadas em cavalgadas), capacetes, caneleiras e chicotes.

Gráfico 5.2: Perfil do Consumidor dos Produtos do Couro e Aço em Cachoeirinha-PE.

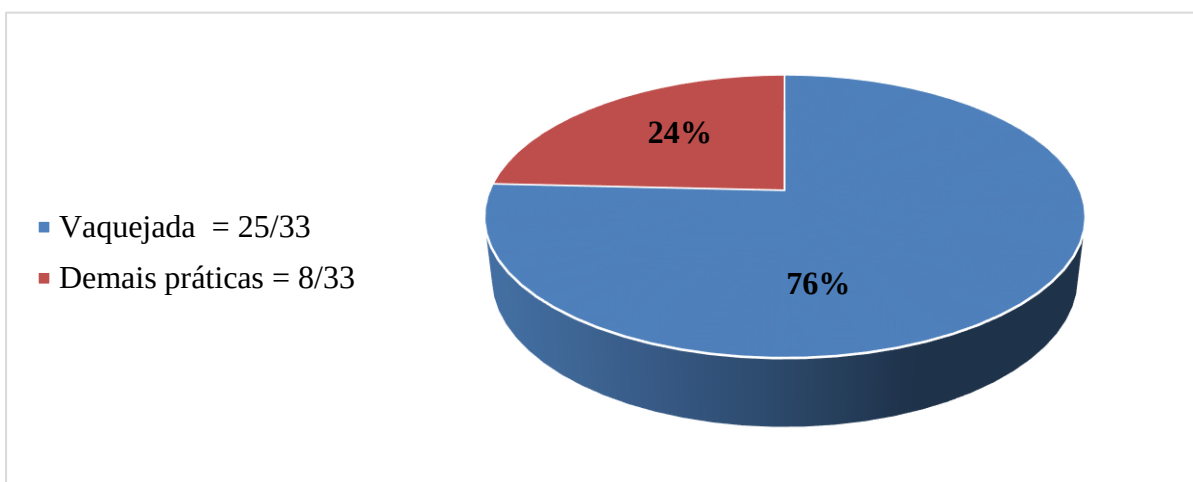


Fonte: Elaboração própria, 2017.

O Gráfico 5.2, mostra que em 67% dos pontos comerciais o maior público consumidor dos produtos comercializados e composto por fazendeiros e vaqueiros, em seguida aparecem os revendedores de outras regiões. Esses agentes econômicos vêm de várias regiões do Brasil que demandam os produtos locais, como: Alagoas, Bahia, Brasília, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Tocantins, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.

Os produtos mais comercializados segundo os lojistas são: argolas, breques, botas, cabeçadas, conjuntos de peitorais, caneleiras, capacetes, chapéus, cintos, barrigueiras, chicotes, esporas, forros, lóros, luvas, rédeas, selas, e arreios e ferragens em geral. Em relação as formas de pagamento vinte e uma lojas disponibilizam pagamento utilizando cartão de crédito e débito, enquanto doze só recebem em dinheiro ou cheque.

Gráfico 5.3: Prática que Mais Consome os Produtos de Montaria a Cavalo em Cachoeirinha-PE.

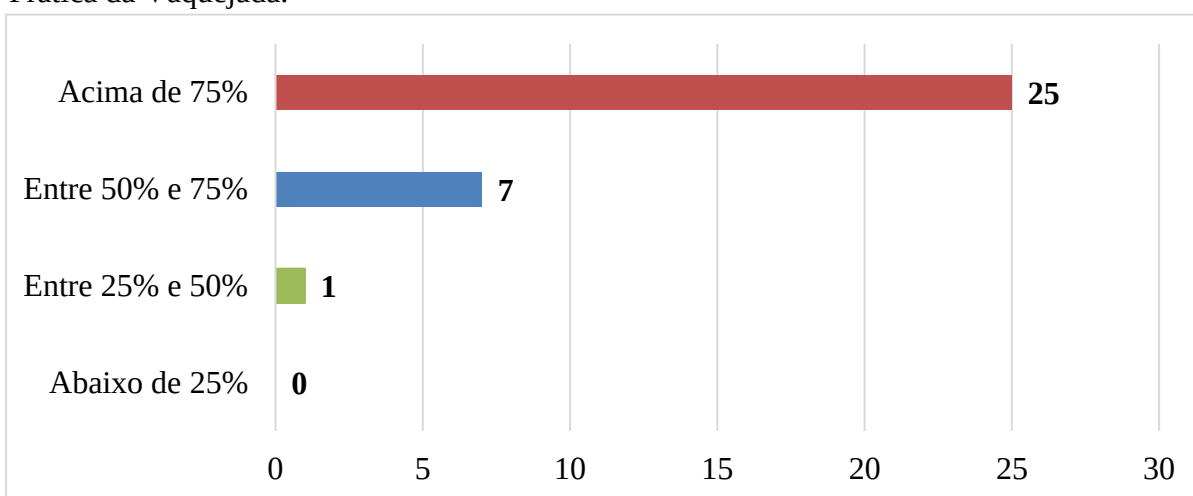


Fonte: Elaboração própria, 2017.

O gráfico 5.3, mostra que em 76% dos pontos comerciais a prática que mais consome produtos é a vaquejada, enquanto as demais práticas representam 24% das vendas, contemplando a cavalgada, pega de boi no mato, prova do tambor, prova de laço, rodeios, trabalho de campo.

Os resultados obtidos dos dois últimos gráficos mostram como a produção e a comercialização dos produtos são extremamente dependentes da prática da vaquejada, já que é o principal demandante desta atividade.

Gráfico 5.4: Percentual de Prejuízos na Comercialização em um Cenário de Proibição da Prática da Vaquejada.



Fonte: Elaboração própria, 2017.

No gráfico 5.4, vinte e cinco dos trinta e três lojistas entrevistados defendem que uma eventual proibição da prática da vaquejada traria um impacto de queda nas vendas acima de 75%, trazendo um impacto econômico de grandes proporções. Essa queda na comercialização afetaria a área produtiva devido a relação direta existente, ou seja, os artesãos passariam a produzir menos, afetando toda a economia local.

Tabela 5.1: Relação da Feira Livre de Produtos do Couro e Aço Com os Pontos Comerciais

Influência da feira livre	Positiva	Negativa	Total
F. Absoluta	27	6	33
F. Relativa %	81,8%	18,2%	100,0%

O melhor dia de vendas	Dia da feira livre	Demais dia da semana	Total
------------------------	--------------------	----------------------	-------

F. Absoluta	27	6	33
F. Relativa %	81,8%	18,2%	100,0%

Fonte: Elaboração própria, 2017.

A Tabela 5.1 demonstra que a influência da feira livre é positiva para 81,8% dos lojistas, dado que nesse dia ocorrem, geralmente, as melhores vendas dentre os seis dias da semana, proporcionando maiores lucros. O restante dos lojistas defende uma influência negativa e a existência de uma concorrência desleal, dados os menores preços praticados e a total informalidade dos feirantes. Apenas 10 lojistas se deslocam para comercializar os produtos na feira junto com os artesãos.

Ainda na esfera comercial para 66,7%, a rentabilidade da atividade atualmente e as chances de ampliação são menores que há vinte anos, fruto do crescimento da concorrência responsável pela redução dos preços de mercado. Outras questões mencionadas foram a crise econômica brasileira e a seca (falta de chuvas) dos últimos seis anos (2011-2017).

Das questões mencionadas 63,6% apontam a crise econômica e a seca dos últimos 6 anos (2011-2017), como os dois principais fatores redutores das vendas e consequentemente das receitas. Ainda sobre este tema, dezesseis lojistas afirmaram ter vivenciado uma redução na venda dos produtos variando entre 50% e 75%. Essa redução de vendas impacta negativamente a produção dos artesãos.

Foi identificado na pesquisa que não há participação do Estado no desenvolvimento da atividade seja em nível municipal ou estadual. Não há apoio institucional, a não ser o Sebrae que oferece algumas palestras mais não especificamente direcionadas para atividade do couro e aço, o que representa uma grande lacuna.

No tocante ao acesso a alguma linha de crédito para capital de giro vinte e oito lojistas afirmaram não ter acesso. A origem do crédito é do Banco do Brasil ou no mercado informal (agiotagem). Quanto a realização de anotações de despesas e receitas mensalmente foi constatado que vinte empresários realizam anotações.

Quando indagados sobre as principais questões que poderiam acelerar o desenvolvimento da atividade do couro e do aço, as principais reivindicações foram: a) Mais apoio e incentivo do Estado em nível municipal e estadual; b) A construção de um polo comercial; c) Maior divulgação da atividade da cidade para promover o turismo; d) Incentivo a crédito com uma taxa de juros mais barata; e) Melhoras climáticas (fim da seca) e f) Melhoras na economia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão dos clássicos para o desenvolvimento esteve baseada na força da oferta, Adam Smith defendeu o aumento do trabalho produtivo, pois as indústrias são geradoras de rendimentos crescentes. David Ricardo com sua teoria da renda da terra destacou que o problema estava na incapacidade da agricultura em produzir alimentos baratos, fazendo com que a economia viesse a apresentar rendimentos decrescentes de escala.

A visão keynesiana mostra-se contrária a clássica sustentando sua análise de desenvolvimento pelo lado da demanda efetiva. Com uma abordagem mais macroeconômica, Keynes em sua teoria geral (princípio da demanda efetiva) destacou o equilíbrio com a existência de desemprego, valorizou a questão das expectativas nos investimentos e a preferência pela liquidez.

Marx elaborou a sua análise na exploração do sistema de produção capitalista, entendendo que a exploração do capital leva a conflitos de classes (capitalista e trabalhadora) justamente pela presença de mais-valia.

A análise de desenvolvimento de Schumpeter baseou-se em inovações, destacando os efeitos da destruição criadora, enquanto a CEPAL defendeu o desenvolvimento através da política econômica de substituição de importações, dada a deterioração dos termos de troca entre países periféricos e centrais.

Análise dos dados socioeconômicos de Cachoeirinha-PE, mostrou que os indicadores não variaram muito, ao longo do tempo, ocorreu evolução nas variáveis de renda diminuindo a pobreza, possivelmente atribui-se essa diminuição as políticas sociais do Estado que influenciaram na distribuição de renda. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, teve uma leve evolução entre o período (2000-2010) subindo uma faixa de nível de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa de campo realizada sobre a área comercial da atividade do couro e aço, indicaram uma expansão da oferta de produtos ao mercado local, aumentando a concorrência. Os produtos ofertados no comércio são de maioria adquiridos através dos artesãos. A oferta encontra-se muito direcionada (centralizada) aos consumidores praticantes da vaquejada, sendo esses os maiores demandantes. A atividade vem sofrendo impactos proporcionados por longos períodos de seca (falta de chuvas) que faz com que a demanda caia nesses períodos, pois os consumidores passam a ter um custo maior com seus animais (cavalos).

A feira livre é o principal meio de divulgação dos produtos, na qual, atrai um número maior de demandantes e proporciona maiores vendas.

Ainda em relação à pesquisa de campo foi possível identificar fatores limitantes para a expansão da atividade como: falta de participação estatal no desenvolvimento, falta de incentivo a crédito para realização de capital de giro, existência de informalidade na atividade e falta de divulgação. Esses fatores acabam por limitar a expansão da atividade econômica dos produtos provenientes das matérias-primas, couro e aço, na cidade de Cachoeirinha-PE.

7. REFERÊNCIAS

AACAC – Associação dos Artesãos do Couro e do Aço de Cachoeirinha-PE.

ABVAQ – Associação Brasileira de Vaquejadas. Disponível em: <<http://www.abvaq.com.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

CONDEPE-FIDEM. **Bases de Dados (BDE) – Perfil Municipal**. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/Cachoeirinha.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

CONDEPE-FIDEM. **Bases de Dados (BDE)**. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site2.aspx>. Acesso em 23 set. 2016.

COOCAL – Cooperativa dos Artesãos do Couro e do Aço de Cachoeirinha-PE.

COSTA, Achyles Barcelos da. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter**. Ano 4. Nº 47. Instituto Humanitas Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo-RS: Cadernos IHU Idéias, 2006. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_7349schumpeteb_pob_costa_pdf.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

COUTO, Joaquim Miguel. **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, ano 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a03v16n1.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALINDO, Pedro et. al. **Vaquejada: Começo, meio e fim**. Folha de Pernambuco – Cotidiano (edição digital). Recife, ano XIX, nº 286, p. 2-3. 16 outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/folha-digital/edicao.aspx?year=2016&month=10&day=16#page/1>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

GOVERNO FEDERAL. **Plataforma de Indicadores (em desenvolvimento)**. Disponível em: <http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204970&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia>. Acesso em: 14 out. 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick et. al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bancos de dados – Cidades – SIDRA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 23 set. 2016.

LUCHT FILHO, Horst. **Desenvolvimento X Crescimento Econômico**: Uma análise histórica das teorias. Texto do Programa de Educação Tutorial - economia (PET- economia) UFPR. Evenci, 2004. Disponível em: <<http://www.pet-economia.ufpr.br/textos.html>>. Acesso em: 31 out. 2016.

MACÊDO, Rosiane Elias de. **A atividade produtora de artigos em couro e aço de Cachoeirinha-PE**: classificação, condições de trabalho e dimensionamento. 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco / CFCH. Recife. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/10623/Dissertação%20Rosiane%20Elias%20de%20Macedo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 out. 2016.

MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política**: O processo de produção do capital. Vol 1. (Os Economistas). Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MINISTÉRIO DA SAÚDE | DATASUS. **Informações de Saúde – Demográficas e socioeconômicas**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>>. Acesso em: 17 out. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE | DATASUS. **Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?siab/cnv/SIABCbr.def>>. Acesso em: 14 out. 2016.

PEREIRA, Cláudia Gonçalves. **Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento**. Grupo de Trabalho 13: Pensamento Social no Brasil - Sociedade Brasileira de Sociologia XII

Congresso Brasileiro de Sociologia, ano 2005. Disponível em: < http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=73&Itemid=170 >. Acesso em: 07 nov. 2016.

PNUD; IPEA; Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Ano 2013. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cachoeirinha_pe >. Acesso em: 21 out. 2016.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. (Os Economistas) Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

SILVA, Nelie Maria de Moraes. **A produção artesanal de mercadorias derivadas do couro e a organização do espaço geográfico em Cachoeirinha/PE**. 1999. 69f. Monografia (Especialização em Geografia) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/PPGEO. Recife. Disponível: Biblioteca Pública Municipal Alfredo Alves Espíndola – Cachoeirinha-PE. Acesso em: 16 nov. 2016.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol 1. (Os Economistas). Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIANA, Lúcia de Fátima Espíndola e Silva. **O papel da produção artesanal de peças derivadas do aço e a organização espacial em Cachoeirinha**: Uma atividade complementar à produção de artigo para montaria. 2000. 151f. Monografia (Especialização em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/PPGEO. Recife. Disponível: Biblioteca Pública Municipal Alfredo Alves Espíndola – Cachoeirinha-PE. Acesso em: 16 nov. 2016.

VIANA, Lúcia de Fátima Espíndola e Silva. **A pequena produção e comercialização do queijo em Cachoeirinha/PE**: organização sócio-espacial, evolução e perspectivas. 2008. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco / CFCH. Recife. Disponível em: < http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/6367/arquivo3550_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 26 out. 2016.

APÊNDICE

Questionário: Aplicado nos Pontos Comerciais (Lojas/Selarias)

1. A mercadoria vendida é de fabricação? () própria () de terceiros () ou própria/terceiros

Caso, responda terceiros ou parte de terceiros:

1.1). Como consegue a mercadoria? () com os artesãos; () na feira livre; () outros meios.
Quais? _____

2. A mercadoria aqui comercializada é totalmente produzida em Cachoeirinha? () Sim () Não.

Caso não: 2.1). Quais produtos? _____

2.2). De onde é a origem? _____

3. Qual é o maior público consumidor da mercadoria aqui vendida? () vaqueiros e fazendeiros;
() revendedores de outras regiões; () outros.

Quais? _____

3.1) Quais Regiões? _____

4. As mercadorias mais vendáveis, as que saem mais, são para a prática? () vaquejada; () ou para demais práticas.

Quais? _____

5. Quais os produtos que saem mais? _____

6. Disponibiliza para os clientes forma de pagamento através de cartões (crédito/débito)?

() Sim; () Não. **Caso não.** Quais, outras formas? _____

7. Comercializa seus produtos também na feira livre? () Sim () Não

8. Qual a influência da feira livre para o comércio? () Positiva () Negativa.

9. Qual é o melhor dia de vendas? () o dia da feira; () ou os demais dias da semana.

10. Existe concorrentes deste comércio em cidades vizinhas a Cachoeirinha? () Sim () Não

Caso sim: 10.1). Quais cidades concorrentes? _____

11. Atualmente a atividade comercial e produtiva está melhor do que 20 anos atrás?

() Sim () Não.

12. Nos últimos anos o que mais tem prejudicado as vendas e consequentemente a produção?

() a crise econômica brasileira; () a seca (falta de chuvas) dos últimos 6 anos; () os dois problemas juntos; () ou nenhum deles. Qual o percentual de prejuízo? _____

13. A proibição da prática da vaquejada afetaria negativamente a comercialização e consequentemente a produção afetando toda economia da atividade? () Sim; () Não.

Qual o percentual? _____

14. Recebe algum apoio do Estado seja em nível municipal ou estadual no desenvolvimento da atividade? () Sim; () Não.

15. Há alguma instituição que apoia o desenvolvimento da atividade?

16. Sebrae tem atuado com algum tipo de orientação? _____

17. Tem acesso alguma linha de crédito, financiamento para a realização de capital de giro?

() Sim () Não. **Caso sim:** 17.1). Qual origem? () BNDS; () Caixa Econômica;

() Banco do Brasil; () Agiotagem (informalidade)

18. Realiza anotações em relação a despesas e receitas mensalmente? () Sim () Não

19. Questão aberta: Na sua opinião o que falta para atividade se desenvolver e crescer ainda mais?
